

**Plano Integrado Para o
Desenvolvimento Sustentável
dos Arquipélagos do
Marajó/PA e Bailique/AP
2024/2027**

Volume I - Marajó / Versão Base

República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente da República

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antônio Waldez Góes da Silva - Ministro

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Paulo Roberto Galvão da Rocha - Superintendente

Diretoria de Administração
Wilson Luiz Alves Ferreira - Diretor

**Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos Fiscais e de Atração
de Investimentos**
Jorge Frota Pereira Junior - Diretor

Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável
Aharon Alcolumbre - Diretor

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
Jorgiene dos Santos Oliveira - Diretora

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas



Volume I - MARAJÓ
Versão Base

2024

2024 © Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

Tv. Antônio Baena, 1113 – Marco. Belém – Pará – Brasil

CEP: 66.093-082

gabinete@sudam.gov.br

www.sudam.gov.br

NORMALIZAÇÃO: Biblioteca da Sudam

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP – 2024/2027: v.1- Marajó - versão base / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. - Belém: SUDAM, 2024.

1. Planejamento Regional – Amazônia 2. Plano Integrado – Marajó (PA).
3. Desenvolvimento Sustentável – Marajó I. Título. II. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

CDU – 336.027 (811)

EQUIPE TÉCNICA

SUDAM (Coordenação dos Trabalhos):

Adelaide Maria Pereira Nacif – Coordenadora-Geral

Augusto Jose Silva Pedroso – Assessor

Benedito Barros Caldas – Coordenador-Geral

Ricardo Augusto Pina da Rocha – Coordenador

Sérgio Felipe Melo da Silva – Coordenador – Geral

Érika de Almeida Leite – Coordenadora – Geral

EQUIPE TÉCNICA SUDAM/MIDR (Apoio):

Adilton Pereira Ribeiro – Técnico

Admilson Fernando de Oliveira Monteiro – Coordenador

Carlos Eduardo Mendes da Conceição – Estagiário

Érika de Almeida Leite – Técnico

Jacqueline da Silva Oliveira – Técnico

João Nepomuceno de Faria Pereira – Coordenador

Keppler Joao Assis da Mota Junior – Técnico

Luis Eduardo da Silva Monteiro – Técnico

Manoela de Almeida Carneiro – Técnico

Márcio Bastos Guerra – Técnico

Natália Mori Cruz – Técnico/MIDR

Neyvan Borges de Lima – Técnico

Taciane Almeida de Oliveira – Coordenadora

Vilmara Ferreira Salgado – Coordenadora

GRUPO DE TRABALHO MARAJÓ E BAILIQUE

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM)

Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU)

Banco da Amazônia (BASA)

Banco do Brasil (BB)

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
(CENSIPAM/CR-BE)

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)

Diocese de Ponta de Pedras

Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE/PA)

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

(EMATER/PA)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI)

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF)

Fundo Municipal de Educação do Município de Breves (FME/ Breves)

Irmandade dos Devotos do Glorioso São Sebastião (IDGSS)

Instituto de Estudos Sustentáveis e Tecnológicos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (AMAZÔNIA TEC/UFPA)

Instituto Federal do Estado do Pará (IFPA)

Instituto I AMARY

Instituto Social do Marajó de Cultura e Cidadania

Ministério das Cidades (MCID)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDCH)

Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR)

Movimento Marajó Forte

Ministério da Saúde (MS)

Museu Do Marajó/SECULT/PA

Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)

Prefeitura de Afuá

Prefeitura de Anajás

Prefeitura de Bagre

Prefeitura de Cachoeira do Arari

Prefeitura de Chaves

Prefeitura de Currealinho

Prefeitura de Muaná

Prefeitura de Ponta de Pedras

Prefeitura de Portel

Prefeitura de S.S. da Boa Vista

Secretaria Agricultura Familiar do Estado do Pará (SEAF/PA)

Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará (SEASTER/PA)

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Pará (SEDAP/PA)
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará (SEDEME/PA)
Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento do Estado do Pará (SEMAS/PA) (SFA/PA- MAPA)
SEPLAN/AP – Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá
SETUR/AP – Secretaria de Turismo do Estado do Amapá
Superintendência do Patrimônio da União (SPU/PA-MF)
Movimento Todos Juntos na Mesma Canoa
Universidade Estadual do Estado do Pará (UEPA/Salvaterra)
Universidade Federal do Pará
Universidade Federal do Pará – Instituto de Medicina Veterinária (UFPA/IMV – Castanhal)
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

LISTA DE SIGLAS

ALEPA – Assembleia Legislativa do Estado do Pará
AMAM – Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó
AMAZONIA TEC/UFPA – Instituto de Estudos Sustentáveis e Tecnológicos da Amazônia
ARQUIG – Associação Dos Remanescentes Do Quilombo De Gurupá
ANAMA – Instituto Nacional Socioambiental De Educação
BADAM – Banco de Dados da Amazônia Legal
BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CENSIPAM/CR-BE – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
COOPERBEM – Cooperativa de Catadores do Bem
CMP – Central de Movimentos Populares
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CRF/PA – Conselho Regional de Farmácia
DRIS/UFPA – Diretoria de Relações Interinstitucionais e Sociais

DPE/PA – Defensoria Pública do Estado do Pará

EMATER/PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEPA – Federação da Agricultura e Pecuária do Pará

FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará

FUNTELPA – Fundação Paraense de Radiodifusão

FME/BREVES – Fundo Municipal de Educação do Município de Breves

GT – Grupo de Trabalho para o Plano de Desenvolvimento do Marajó/PA

IDGSS - Irmandade dos Devotos do Glorioso São Sebastião

IFPA – Instituto Federal do Estado do Pará

IEPA/AP – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá

IMV/UFPA – Instituto de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Pará

MALUNGU - Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará

MAPA – Ministério de Agricultura e Pecuária

MCID – Ministério das Cidades

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDCH – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MINC – Ministério da Cultura

MIDR – Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

MS – Ministério da Saúde

NAEA/UFPA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PT – Partido dos Trabalhadores

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNICEF – United Nations International Children's Emergency Fund

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SINPAM/MDA – Sistemas Importantes Do Patrimônio Agrícola Mundial

SPU/PA – Superintendência do Patrimônio da União

SG/SNPS/DPS – Secretaria Geral da Presidência da República/Diretoria de Participação

Social

SECULT/PA – Secretaria de Cultura do Estado do Pará

SEAF/PA – Secretaria Agricultura Familiar do Estado do Pará

SECTEC/PA – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará

SEDAP/PA – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Pará

SEDEME/PA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia

SEFA/AP – Secretaria Fazenda do Estado do Pará

SEPAQ/AP – Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Estado do Amapá

SEPLAN/AP – Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios que compõem o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA).	15
Figura 2 - Mapa do incremento do desmatamento anual da região do Marajó 2021-2022.	27
Figura 3 - Vertentes base do Plano Integrado.	30
Figura 4 - Fluxograma com etapas de construção do Plano Integrado.	31
Figura 5A – Reunião do GT Marajó e Bailique, 5B – Oficina de orientação para os integrantes do GT para consolidação dos projetos e ações do Plano	33
Figura 6 - Temas mais frequentes elencados pelas instituições e sociedade civil para o Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).	33
Figura 7 - Modelo lógico para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).	36
Figura 8 - Modelo de governança do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP).	41
Figura 9 - Estratégia de Monitoramento e Avaliação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP). ..	45
Gráfico 1 - Evolução do PIB a preços correntes da região do Marajó (2010, 2015 e 2020).	17
Gráfico 2 - Municípios com os maiores e os menores PIB do Marajó, em 2020. ..	18
Gráfico 3 - Participação representativa no GT Marajó PA) e Bailique (AP).....	32
Quadro I - Relação entre os atributos do PRDA e do PPA Federal.....	38
Quadro II - Indicadores de monitoramento da implementação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP)	43
Tabela 1 - População residente nos municípios do Arquipélago do Marajó.....	16
Tabela 2 - PIB per capita dos municípios do Marajó – 2020.....	18
Tabela 3 - Produção agropecuária e extração vegetal – 2022.....	19
Tabela 4 - Estabelecimentos agropecuários e agricultura familiar – 2017	20
Tabela 5 - Condição legal da propriedade por estabelecimento rural – 2017.	21
Tabela 6 - Estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica – 2017.	22
Tabela 7 - Trabalho e rendimento.	23
Tabela 8 - Indicadores educacionais nos municípios marajoaras.	24
Tabela 9 - Indicadores de saúde nos municípios marajoaras.	25
Tabela 10 - Renda e nível de desenvolvimento.	26
Tabela 11 - Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Marajó, 2022.....	28
Tabela 12 - Valor de ICMS Verde (R\$) repassado para os Municípios da Região de Integração Marajó, 2018-2022.....	29

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ	14
2.1. População do Arquipélago do Marajó.....	15
2.2 PIB per capita do Arquipélago do Marajó.....	16
2.3 Agricultura, pecuária e extrativismo.....	19
2.4. Agricultura familiar, orientação técnica e crédito rural	20
2.5. Trabalho e rendimento.....	22
2.6. Educação e saúde.....	23
2.7. Renda e nível de desenvolvimento humano.....	25
2.8. Aspectos ambientais	26
3. METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO INTEGRADO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)	29
4. MODELO LÓGICO PARA O PLANO INTEGRADO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)	34
5. RESULTADOS E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA AS DEMANDAS SOCIAIS COM O MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS PARA O PLANO INTEGRADO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)	37
6. SISTEMA DE GOVERNANÇA PARA O PLANO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)	39
7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA O PLANO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)	42
8. CONSIDERAÇÕES	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXO I – DEMANDAS SOCIAIS PRIORITÁRIAS PARA O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ POR EIXOS TEMÁTICOS	48
ANEXO II – DEMANDAS SOCIAIS COM RECURSOS ESTIMADOS E PARCEIROS POTENCIAIS	55
ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS	80

APRESENTAÇÃO

O MIDR e a SUDAM acreditam que a participação social, a cooperação e trocas de experiências, são os melhores caminhos para se chegar ao desenvolvimento sustentável incluyente.

Para tanto este Plano Integrado vem apresentar propostas de como as instituições governamentais articuladas entre si, seguindo as diretrizes da PNDR relacionados ao PRDA, podem contribuir com Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP).

O objetivo principal deste documento é indicar as principais demandas sociais capazes de promover o desenvolvimento sustentável dos municípios integrantes desses territórios, por meio do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, estadual e federal, da conservação dos recursos naturais e da redução das desigualdades sociais.

É importante ressaltar, que apesar dos esforços do governo federal em implementar políticas públicas nessas regiões, permanecem as demandas por soluções de problemas não resolvidos nesses arquipélagos. Assim, por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº 111, de 04 de agosto de 2023, foi aprovada a Moção de apoio para que os arquipélagos do Marajó (PA) e de Bailique (AP), fossem considerados espaço prioritário para fins da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e demais políticas intersetoriais.

Como desdobramento da moção apresentada, a SUDAM coordenou a elaboração de um conjunto de ações prioritárias para esses territórios em parceria com os governos do Pará, do Amapá, prefeituras locais, instituições públicas e sociedade civil. Como subsídio ao Plano Integrado, a autarquia coordenou a realização de um seminário que contou com 497 participantes para identificar ações e projetos prioritários no curto, médio e longo prazos.

O Plano Integrado terá duas versões - uma sintética (Sumário Executivo) e uma detalhada. A presente versão, base, será tratada como Volume I – Marajó. O Plano para o Bailique, no Amapá, será apresentado no Volume II.

Ao reconhecer e dar voz aos diferentes segmentos sociais, foi possível identificar demandas específicas que dificilmente poderiam ser captadas apenas pelo viés técnico. São pessoas representativas dos municípios envolvidos, que têm,

portanto, diferentes leituras sobre o território e demandas próprias para o poder público.

As ações dispostas neste documento não tendem a esgotar o debate em torno das demandas necessárias aos arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) mas visam a articular ações coletivas que proporcionem o desenvolvimento desses territórios.

Apresentar soluções locais para os desafios identificados, unir esforços, governos e sociedade civil em torno de objetivos comuns é a principal proposta do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Marajó.

Paulo Roberto Galvão da Rocha

Superintendente da SUDAM

1. INTRODUÇÃO

O governo federal vem implementando um conjunto de ações e estratégias que visam a promoção do desenvolvimento mais justo e equilibrado entre as regiões do país em observância ao art. 3º da Constituição Federal de 1988. Exemplo disso é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, que está na sua terceira versão, sendo a última instituída pelo Decreto 11.962, de 22 de março de 2024 e cuja finalidade é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

No contexto atual do governo federal, as orientações mais estratégicas do planejamento estão contempladas na Dimensão Estratégica do PPA 2024-2027, que estabeleceu como Visão de Futuro em 2027 “Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”. Diretrizes do PPA como “Promover a redução das desigualdades sociais e regionais”, “Valorizar a diversidade cultural e regional” e “Potencializar a cooperação federativa” dialogam diretamente com os objetivos da PNDR e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e, por consequência, com os planos sub-regionais, a exemplo do que se trata neste documento.

A nível regional, a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007 instituiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, autarquia federal de planejamento e articulação de políticas na Amazônia Legal e que tem como principal instrumento de planejamento o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA. Conforme os dispositivos da referida Lei, cabe à SUDAM formular planos e propor diretrizes para a sua área de atuação, sendo submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo – CONDEL/SUDAM.

O Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) surge nesse contexto. Por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº 111, de 04 de agosto de 2023 foi aprovada a Moção de apoio para que os arquipélagos do Marajó (PA) e de Bailique (AP), fossem

considerados espaço prioritário para fins da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e demais políticas intersetoriais.

Cabe ressaltar que o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) não surgem como um instrumento de planejamento concorrente ao PRDA. Pelo contrário, é um instrumento complementar a este, tratando de ações mais específicas e delimitadas nestes territórios, captando essencialidades que tendem a passar à vista de planejamentos mais abrangentes como o Plano Regional.

Desta forma, considerando a proposta de consolidar ações integradoras para o território, este Plano adotou como parâmetros referenciais o Plano Plurianual PPA 2024-2027, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA e possui recorte temporal de quatro anos, seguido da avaliação dos resultados.

A aderência do Plano aos principais instrumentos de planejamento nacional e regional busca viabilizar a implementação das demandas sociais apresentadas, seja através dos recursos orçamentários da União, estados e municípios, seja por meio de parcerias com instituições públicas e privadas.

As regiões do Marajó e do Bailique possuem um histórico de pobreza e exclusão social. Ao longo das últimas décadas alguns esforços foram empreendidos na tentativa de melhorar os indicadores econômicos e sociais desses territórios, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó¹ e do Programa Abrece o Marajó, lançado em 2020. Contudo, tais políticas não foram capazes de promover mudanças estruturais nos quadros de desigualdade, exclusão social e pobreza que caracterizam esses arquipélagos.

O Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e do Bailique (AP) propõe uma metodologia diferente para o planejamento desses territórios, pautada em ações e projetos estratégicos e prioritários a partir do diálogo com a sociedade civil, instituições federais, estaduais, municipais, de ensino e pesquisa, públicas e privadas, tendo como

¹ BRASIL, 2007. Disponível em <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1008>>. Acesso em 10/05/2024

estratégia de ação a integração e transversalidade de políticas públicas para promoção do desenvolvimento sustentável.

Em outras palavras, a ação parte da mobilização social e da percepção do que é importante para estes territórios a partir dos atores locais (modelo botton up) e que busca em instituições regionais como a SUDAM o apoio para a implementação das demandas sociais levantadas junto aos ministérios setoriais e instituições públicas e privadas parceiras.

Nesse sentido, o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) propõe ser um elemento indutor e integrador de diferentes estratégias e instituições dentro de um processo de mobilização e engajamento que possui a finalidade de solucionar entraves ao desenvolvimento sustentável existentes na região do Marajó (PA) e Bailique (AP).

O Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) terá duas versões - uma sintética (Sumário Executivo) e uma detalhada. A presente versão, sintética, será tratada como Volume I – Marajó. O Plano para o Bailique, no Amapá, será apresentado no Volume II.

O recorte entre volume I (Marajó) e volume II (Bailique) é meramente didático.

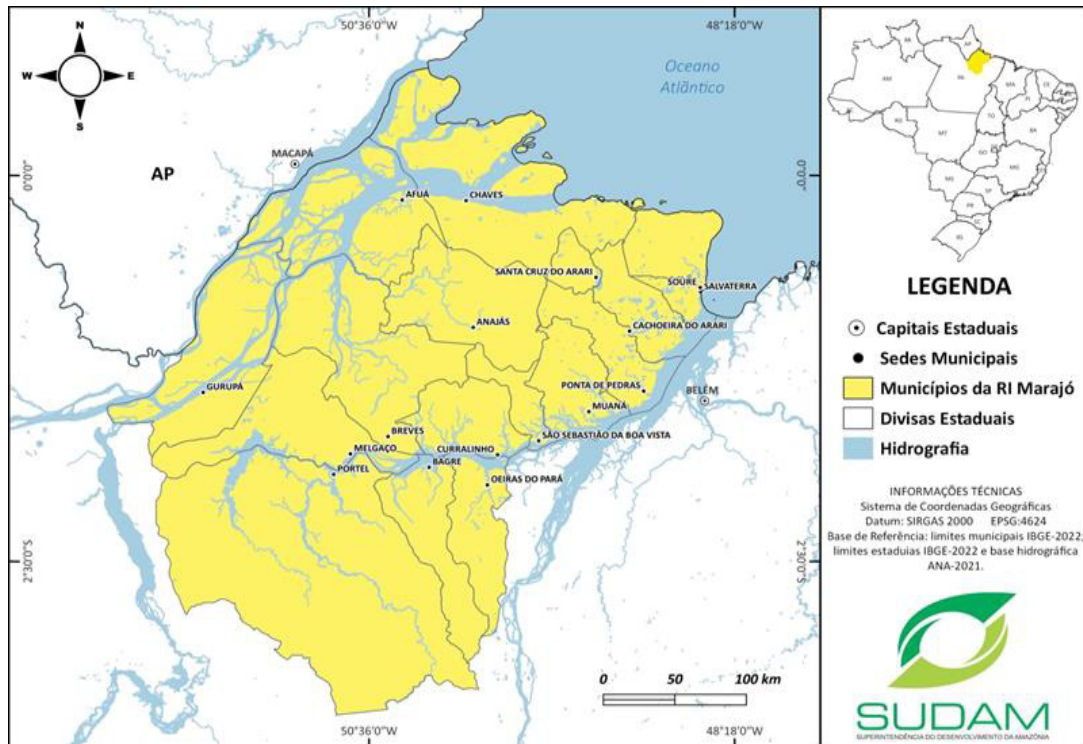
2. CARACTERIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

O arquipélago do Marajó está situado na confluência dos rios Amazonas e Tocantins, possui 106.622 km² de extensão, sendo a quinta maior Região de Integração – RI do Estado do Pará.

O Marajó compõe uma das Regiões Geográficas Intermediárias do IBGE e uma das Regiões de Integração do Estado do Pará, com dezessete municípios, sendo eles: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Curralinho, Chaves, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará², Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa vista e Soure (Figura 1).

² O município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração do Marajó no Estado do Pará, conforme Decreto Estadual nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022 que alterou o Anexo Único do Decreto

Figura 1 - Municípios que compõem o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA).



Fonte: Fonte IBGE, 2022 - Elaboração GT Marajó, 2024.

2.1. População do Arquipélago do Marajó.

Segundo o Censo demográfico do IBGE (2022), a população da região do Marajó era de 593.822 pessoas em 2022, representando uma taxa de crescimento de 1,18% em relação ao Censo de 2010, aumento este superior ao estadual (0,57%) e ao nacional (0,52%). Os municípios mais populosos do Marajó são Breves, Portel e Muaná, enquanto que o menos populoso é Santa Cruz do Arari com 7.445 habitantes. Por outro lado, o município de Bagre apresentou a maior taxa de crescimento populacional (3,17%), enquanto Chaves, Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari apresentaram decréscimo populacional.

A densidade demográfica na região permanece baixa, com média de 5,57 habitantes por km², sendo inferior à média estadual e nacional. Apenas o município de Salvaterra possui densidade demográfica superior à média nacional (Tabela 1).

Estadual 1.0666, de 19 de julho de 2008, que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará, dividida em vinte e duas (22) microrregiões.

Tabela 1 - População residente nos municípios do Arquipélago do Marajó.

Municípios	População 2022	Taxa de crescimento geométrico	Densidade demográfica (hab./km ²)
Afuá	37.765	0,63	4,53
Anajás	28.011	1,03	4,05
Bagre	34.711	3,17	7,89
Breves	106.968	1,19	11,18
Cachoeira do Arari	23.981	1,34	7,74
Chaves	20.757	-0,10	1,66
Currálinho	33.903	1,44	9,37
Gurupá	31.788	0,75	3,71
Melgaço	27.876	0,98	4,12
Muaná	45.368	2,38	12,06
Oeiras do Pará	33.844	1,41	8,79
Ponta de Pedras	24.984	-0,33	7,43
Portel	62.445	1,51	2,46
Salvaterra	24.129	1,50	26,27
Santa Cruz do Arari	7.445	-0,76	6,91
São Sebastião da Boa Vista	25.643	0,95	15,71
Soure	24.204	0,43	8,47
Marajó	593.822	1,18	5,57
Pará	8.116.132	0,57	6,51
Brasil	203.062.512	0,52	23,86

FONTE: IBGE (2022).

Dado o crescimento populacional ocorrido entre os censos 2010 e 2022, tem-se, então, um aumento na densidade demográfica nos municípios do Marajó. Assim, em 2022, Salvaterra foi o município que apresentou a maior densidade demográfica, com 26,27 hab/km², enquanto que Chaves (1,66 hab/km²) foi o que apresentou menor densidade demográfica.

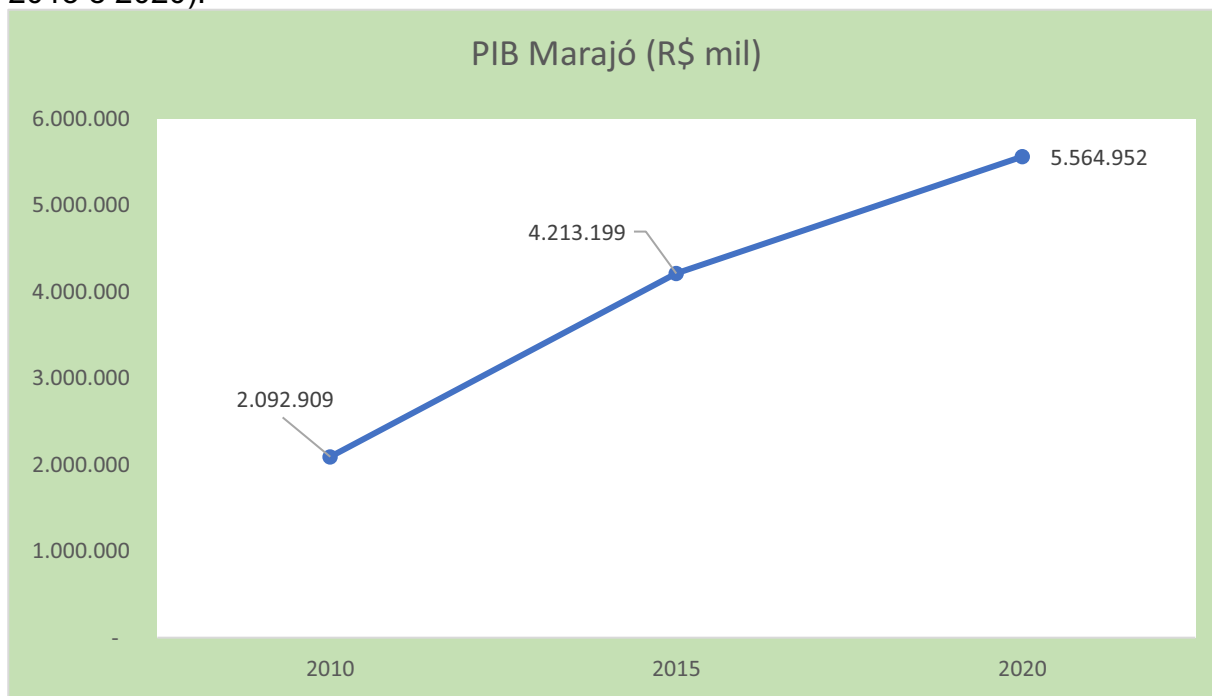
2.2 PIB per capita do Arquipélago do Marajó

A economia da região do Marajó é baseada em atividades do setor primário como a agricultura e a pecuária, destacando-se os cultivos do açaí, da mandioca, do arroz e do abacaxi. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 5,6 bilhões, o que representa cerca de 2,6% do PIB estadual e 0,07% do PIB nacional.

O setor de administração pública surge como o maior gerador de valor adicionado na região (53% do total), seguido da agropecuária com 28%, dos serviços com 16% e da indústria com 3%. O gráfico seguinte demonstra que o

crescimento do PIB entre 2010 e 2020 foi de 164%, acima da média estadual (161%) e nacional (96%).

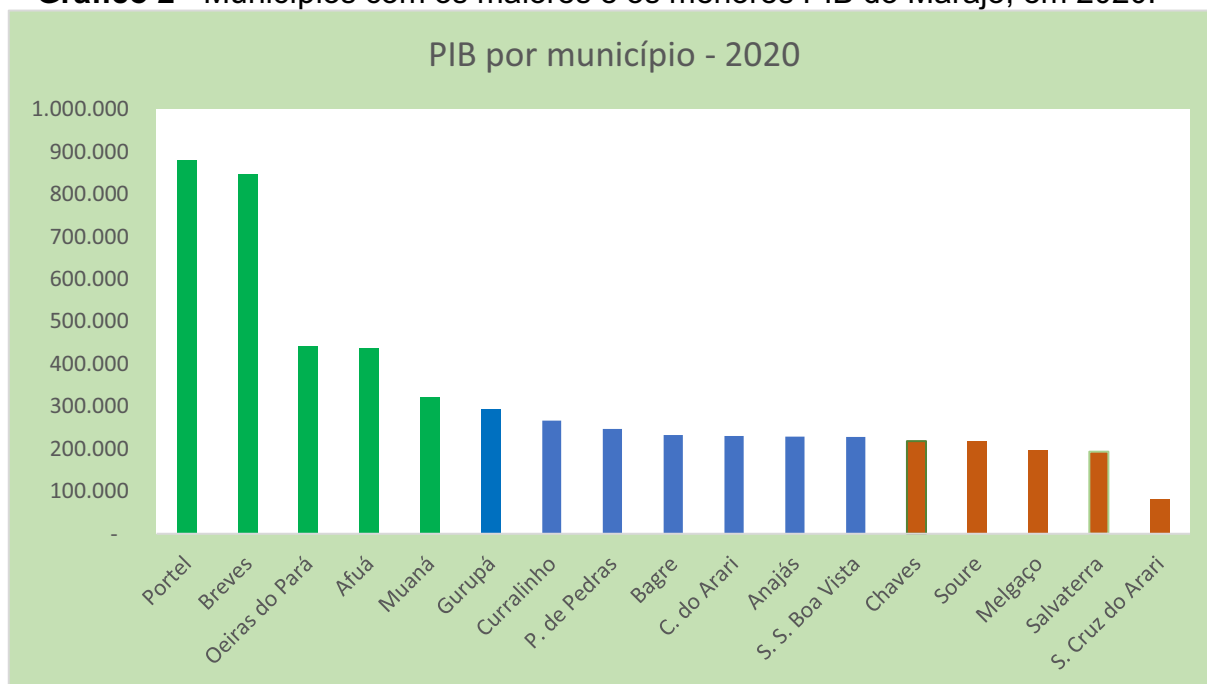
Gráfico 1 - Evolução do PIB a preços correntes da região do Marajó (2010, 2015 e 2020).



FONTE: IBGE (2020).

No entanto, a região ainda enfrenta desafios relacionados à geração de emprego e renda, à redução das desigualdades e à superação das condições de vulnerabilidade de sua população. O PIB por município está representado na gráfico 3, sendo que os municípios de Portel e Breves apresentam maior destaque e relevância em termos de PIB no Marajó, representando 33,7% da produção da região. Por outro lado, o município de Santa Cruz do Arari apresentou o menor PIB do Marajó em 2020, alcançando R\$ 81,6 milhões.

Gráfico 2 - Municípios com os maiores e os menores PIB do Marajó, em 2020.



FONTE: IBGE (2020).

A região possuía baixo PIB per capita, em 2020, com relação ao registrado em nível estadual (R\$ 24,8 mil) e nacional (R\$ 35,9 mil). A Tabela 2 mostra que todos municípios marajoaras apresentaram baixos valores de PIB per capita. O maior PIB per capita da região foi registrado em Portel (R\$ 13,9 mil).

Tabela 2 - PIB per capita dos municípios do Marajó – 2020.

Município	PIB per capita em 2020 (R\$)
Afuá	11.075,99
Anajás	7.703,25
Bagre	7.433,19
Breves	8.185,99
Cachoeira do Arari	9.575,58
Chaves	9.117,43
Curralinho	7.626,05
Gurupá	8.722,93
Melgaço	7.035,00
Muaná	7.874,96
Oeiras do Pará	13.440,70
Ponta de Pedras	7.824,38
Portel	13.985,99
Salvaterra	8.037,37
Santa Cruz do Arari	7.913,19
São Sebastião da Boa Vista	8.466,33
Soure	8.500,36

Marajó	9.371,41
Pará	24.846,62
Brasil	35.935,74

FONTE: IBGE (2020).

2.3 Agricultura, pecuária e extrativismo

A agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal destacam-se como as principais atividades econômicas desenvolvidas na região do Marajó (Tabela 3). Na produção agrícola, os maiores cultivos são de açaí, de mandioca, de arroz e de abacaxi, representando 22,23%, 5,39%, 32,34% e 5,03% da produção estadual, respectivamente. Na produção da mandioca, Portel e Oeiras do Pará foram os municípios que apresentaram produção mais expressiva em 2022, com 160 mil e 37,4 mil toneladas, respectivamente. Na produção de arroz, Cachoeira do Arari produziu 32.000 toneladas e na de abacaxi, Salvaterra produziu 13.600 frutos nesse ano.

Tabela 3 - Produção agropecuária e extração vegetal – 2022.

Município	Produção agrícola (Toneladas)				Pecuária (efetivo dos rebanhos - cabeças)				Extração vegetal		
	Açaí	Mandioca	Arroz	Abacaxi	Bubalino	Bovino	Galináceos	Suíno	Madeira (m³)	Lenha (m³)	Açaí (ton)
Afuá	-	1.100	-	-	2.746	1.505	15.000	9.044	2.164	9.978	10.569
Anajás	71.500	1.200	-	342	2.200	1.230	3.500	4.810	20.000	12.000	1.550
Bagre	96.000	4.410	-	12	300	820	3.680	4.800	7.700	1.100	250
Breves	19.640	3.365	-	6	164	1.100	106.000	8.360	13.000	4.800	1.950
Cachoeira do Arari	2.100	1.450	32.000	2.150	53.100	44.590	5.100	9.340	-	-	1.100
Chaves	-	819	-	-	216.302	65.482	4.800	23.737	2.364	9.301	864
Curralinho	26.250	4.000	-	24	100	50	6.100	4.315	7.000	2.000	2.200
Gurupá	3.040	4.800	150	980	6.526	1.122	1.200	903	10.065	-	137
Melgaço	13.200	3.584	-	405	174	1.020	1.320	2.750	62.470	5.000	84
Muaná	21.200	350	-	-	17.350	6.450	5.890	4.610	19.500	9.000	6.000
Oeiras do Pará	31.817	37.384	175	-	57	5.233	32.100	684	30.000	12.410	27.000
Ponta de Pedras	14.533	300	-	-	30.980	35.890	6.000	3.890	-	-	4.900
Portel	42.000	160.000	-	104	820	54.196	74.800	5.945	534.930	5.500	1.500
Salvaterra	140	345	5.440	13.600	9.100	6.890	2.400	2.089	-	3.300	-
Santa Cruz do Arari	-	-	-	-	23.839	25.671	2.150	11.290	-	-	95
São Sebastião da Boa Vista	13.315	860	-	-	58	70	2.100	4.550	4.000	7.000	4.500
Soare	-	-	-	-	98.290	38.400	3.623	9.726	-	3.200	-
Marajó	354.735	223.967	37.765	17.623	462.106	289.719	275.763	110.843	713.193	84.589	62.699
Pará	1.595.455	4.157.308	116.781	350.018	644.672	24.791.060	29.285.496	699.341	4.749.774	1.427.196	164.902
Marajó/Pará (%)	22,23	5,39	32,34	5,03	71,68	1,17	0,94	15,85	15,02	5,93	38,02

FONTE: IBGE (2022).

A pecuária caracteriza-se como uma atividade econômica com tradição secular e com números significativos para a economia da regional. A região é o principal centro de produção bubalina do Pará e do Brasil, com 462.106 animais em 2022, representando aproximadamente 72% do total estadual e 29% da produção nacional. Também se destaca a importância da pecuária bovina, suína e de galináceos no arquipélago, com relevância dos municípios de Chaves (maior rebanho bubalino, bovino e suíno), Soare (segundo maior rebanho

bubalino), Portel (segundo maior rebanho bovino) e Breves (maior produtor de galináceos). O queijo do Marajó ganhou em 2021 o registro de Indicação Geográfica nacional pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).

O extrativismo vegetal também é uma atividade econômica de grande importância para os municípios marajoaras, com destaque para a produção da madeira e de açaí que em 2022 corresponderam a 15,02% e 38,02% do total estadual, respectivamente. Os maiores produtores de açaí (apenas produção extrativa) foram os municípios de Oeiras do Pará, Afuá, Muaná, Ponta de Pedras e São Sebastião da Boa Vista.

2.4. Agricultura familiar, orientação técnica e crédito rural

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o Marajó possuía 35.515 estabelecimentos agropecuários, correspondendo a 12,61% do estadual e 0,70% do total brasileiro, respectivamente (IBGE, 2017). O Censo registrou a importância da agricultura familiar no cenário regional, dado a existência de 33.464 estabelecimentos enquadrados nos parâmetros da agricultura familiar, correspondendo a 94,22% do total de estabelecimentos agropecuários do Marajó. Essa importância também se observa com relação ao pessoal ocupado na agricultura familiar (cerca de 92,22% do total de agricultores). A tabela abaixo apresenta os principais indicadores relacionados aos estabelecimentos agropecuários familiares do Brasil, do Pará e do Marajó.

Tabela 4 - Estabelecimentos agropecuários e agricultura familiar – 2017

Variável	Marajó		Pará		Brasil	
	2017	Var (2006-2017)	2017	Var (2006-2017)	2017	Var (2006-2017)
Número de estabelecimentos agropecuários	35.515	30,41	281.699	26,87	5.073.324	- 1,98
Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	1.898.866	6,34	28.419.453	23,97	351.289.816	5,28
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	115.860	37,65	979.648	23,66	15.105.125	- 8,83
Número de estabelecimentos da agricultura familiar	33.464	32,20	239.737	22,32	3.897.408	- 10,74
Área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (ha)	771.069	84,66	8.624.592	25,41	80.891.084	0,98
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar	106.661	36,72	779.617	17,20	10.115.559	- 17,91

FONTE: IBGE (2017).

A agricultura familiar contribui para a geração de emprego e renda no campo e a participação na produção de alimentos. Neste sentido, observa-se que na região do Marajó, diferentemente do cenário nacional, houve aumento

considerável, em relação a 2006, no número e área dos estabelecimentos, assim como na quantidade de pessoal ocupado na agricultura familiar, demonstrando a importância dessa atividade para o desenvolvimento da região.

Do total de estabelecimentos rurais da região, aproximadamente 90% eram ocupados por proprietários. Nos demais (cerca de 10%) os produtores não possuíam a propriedade da terra, sendo incluídos na condição de assentado sem titulação definitiva, arrendatário, ocupante, entre outros. Dos produtores sem a propriedade da terra 434 eram agricultores familiares (Tabela 5).

Tabela 5 - Condição legal da propriedade por estabelecimento rural – 2017.

Condição do produtor	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	%
Proprietário(a)	30.084	1.925	32.009	90,13
Assentado sem titulação definitiva	434	15	449	1,26
Arrendatário(a)	74	10	84	0,24
Parceiro(a)	432	28	460	1,30
Comodatário(a)	135	8	143	0,40
Ocupante	660	32	692	1,95
Produtor sem área	1.646	33	1.679	4,73
Total	33.465	2.051	35.516	100,00

FONTE: IBGE (2017).

Ainda tratando dos estabelecimentos agropecuários, é importante analisar a quantidade de estabelecimentos que receberam orientação técnica na região para compreender a qualidade da assistência técnica prestada aos produtores rurais da região, bem como o nível de adoção de tecnologias modernas na produção agropecuária. Segundo o Censo Agropecuário (2017) apenas 890 produtores rurais declararam ter recebido algum tipo de orientação técnica, perfazendo 2,50% do total de estabelecimentos pesquisados. Ao compararmos a mesma variável com o estado do Pará e o restante do país, verificamos que existe uma desigual distribuição da oferta do apoio técnico aos produtores no território, uma vez que o percentual de estabelecimentos rurais que receberam orientação, no mesmo período, alcançou 5,99% e 20,21%, respectivamente.

Dessa forma, identifica-se um cenário de escassez de assistência técnica aos produtores rurais na maioria dos municípios marajoaras. Apenas os estabelecimentos agropecuários dos municípios de Chaves (12,83%), Salvaterra (14,83%) e Soure (54,17%) receberam orientação técnica em níveis superiores ao registrado no estado e próximos ao observado no Brasil.

Tabela 6 - Estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica – 2017.

Municípios	Recebe	Não recebe	Total	% recebe
Afuá	66	4.230	4.296	1,54
Anajás	3	1.663	1.666	0,18
Bagre	2	1.466	1.468	0,14
Breves	48	5.034	5.082	0,94
Cachoeira do Arari	34	782	816	4,17
Chaves	221	1.501	1.722	12,83
Curralinho	24	2.917	2.941	0,82
Gurupá	73	1.273	1.346	5,42
Melgaço	7	1.752	1.759	0,40
Muaná	33	2.451	2.484	1,33
Oeiras do Pará	60	3.725	3.665	1,61
Ponta de Pedras	132	2.709	2.841	4,65
Portel	18	2.330	2.348	0,77
Salvaterra	51	293	344	14,83
Santa Cruz do Arari	3	172	175	1,71
São Sebastião da Boa Vista	50	2.332	2.382	2,10
Soure	65	55	120	54,17
Marajó	890	34.685	35.575	2,50
Pará	16.869	264.830	281.699	5,99
Brasil	1.025.443	4.047.881	5.073.324	20,21

FONTE: IBGE (2017).

2.5. Trabalho e rendimento

Com relação ao trabalho e rendimento, em 2021, o salário médio mensal dos trabalhadores formais dos municípios do Marajó variou de 1,4 (Bagre) a 2,6 (Melgaço) salários mínimos, na maioria dos municípios os valores ficaram abaixo dos registrados no estado (2,5) e no país (3,0). A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total estava entre 10,2% (Gurupá) e 2,6% (Bagre), apresentando valores muito baixos em relação aos registrados no nível estadual e nacional.

Tabela 7 - Trabalho e rendimento.

Município	Salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2021	Pessoal ocupado em 2021	População ocupada em 2021 (%)
Afuá	2,2	2.038	5,1
Anajás	2,2	2.083	6,9
Bagre	1,4	835	2,6
Breves	2,4	6.642	6,3
Cachoeira do Arari	1,9	1.504	6,2
Chaves	2,1	1.724	7,1
Curralinho	2,4	1.835	5,2
Gurupá	2,1	3.496	10,2
Melgaço	2,6	1.121	4,0
Muaná	2,1	1.263	3,1
Oeiras do Pará	2,3	1.165	3,5
Ponta de Pedras	1,7	1.990	6,2
Portel	2,2	5.075	7,9
Salvaterra	1,8	1.573	6,4
Santa Cruz do Arari	1,7	485	4,6
São Sebastião da Boa Vista	2,1	1.670	6,1
Soure	2,1	1.523	5,9

FONTE: IBGE CIDADES (2017).

2.6. Educação e saúde

Na educação, os indicadores Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e distorção idade-série indicam a baixa qualidade da educação na região (Tabela 8). Na maioria dos municípios do Arquipélago as notas do IDEB nas séries iniciais (4ª Série/5º Ano) e séries finais (8ª Série/9º Ano) do ensino fundamental têm ficado abaixo dos valores registrados em nível estadual (4,8 e 4,3). Com relação à distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar, em 2022, a maioria dos municípios alcançaram mais que o dobro das taxas do Brasil (16,8% no ensino fundamental) e acima do registrado no nível estadual (24,9%). O município de Portel destacou-se com a maior taxa de distorção (46,8%) e a menor taxa ficou com o município de Ponta de Pedras (22,0%).

Tabela 8 - Indicadores educacionais nos municípios marajoaras.

Município	IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental em 2021	IDEB - Anos finais do ensino fundamental em 2021	Taxa de distorção idade-série no ens. fund. Público em 2022
Afuá	3,6	3,1	43,1
Anajás	3,3	3,2	42,7
Bagre	3,8	4,2	36,6
Breves	-	4,8	40,2
Cachoeira do Arari	4,2	3,3	29,1
Chaves	-	-	39,2
Curralinho	3,7	2,7	43,8
Gurupá	4,2	3,9	35,9
Melgaço	-	-	35,0
Muaná	4,0	-	30,0
Oeiras do Pará	4,2	-	36,3
Ponta de Pedras	4,9	4,1	22,0
Portel	3,2	2,8	46,8
Salvaterra	4,5	3,8	26,2
Santa Cruz do Arari	4,2	3,8	28,8
São S. da Boa Vista	4,4	4,4	24,3
Soure	3,6	3,5	28,3

FONTE: CENSO ESCOLAR (2021).

Os indicadores sociais relacionados às condições de saúde da população marajoara revelam elevada taxa de mortalidade infantil, taxa de homicídios da baixa cobertura de leitos hospitalares (Tabela 9). Com relação à mortalidade infantil, a maioria dos municípios do Marajó apresentaram taxas (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) superiores à taxa nacional (11,20). Os municípios com as menores taxas foram São Sebastião da Boa Vista (3,47) e Cachoeira do Arari (6,37). Por outro lado, os municípios de Santa Cruz do Arari (50,00), Muaná (26,71) e Curralinho (21,46) registraram as maiores taxas de mortalidade infantil.

Observa-se ainda a baixa cobertura de leitos hospitalares na região. Em 2022, todos os municípios do Marajó apresentaram leitos hospitalares por mil habitantes inferiores ao registrado em nível nacional (2,21). Dos dezessete municípios do Marajó, treze possuíam menos de 1 leito por mil habitantes, indicando baixa cobertura de leitos para a população, sendo que a Organização Mundial da Saúde recomenda o mínimo de 3 a 5 leitos por cada mil habitantes. As taxas de homicídios também são consideradas altas em alguns municípios, superando a média nacional (21,65) em Anajás, Breves e Portel.

Tabela 9 - Indicadores de saúde nos municípios marajoaras.

Município	Mortalidade Infantil em 2020 (%)	Taxa de homicídios por 100 mil hab em 2019	Leitos hospitalares por mil hab em 2022
Afuá	14,52	12,75	0,8
Anajás	12,18	34,16	0,7
Bagre	9,47	3,26	0,4
Breves	13,40	28,24	1,7
Cachoeira do Arari	6,37	-	0,8
Chaves	14,02	-	0,8
Curralinho	21,46	8,71	0,8
Gurupá	12,48	5,99	0,7
Melgaço	18,52	3,62	0,5
Muaná	26,71	7,44	0,9
Oeiras do Pará	18,13	21,53	0,4
Ponta de Pedras	15,97	12,87	0,8
Portel	8,18	30,62	0,5
Salvaterra	8,62	16,84	0,8
Santa Cruz do Arari	50,00	9,87	2,0
São Sebastião da Boa Vista	3,47	11,26	1,2
Soure	9,93	7,88	2,0

FONTE: DATASUS (2022).

2.7. Renda e nível de desenvolvimento humano

O Marajó e o Bailique são umas das regiões mais pobres do país, apresentando baixos índices de desenvolvimento econômico e social. Os indicadores que medem as condições de vida da população estão em patamares inferiores aos registrados em nível estadual e nacional. Os municípios marajoaras, com exceção de Soure e Salvaterra, enquadram-se na tipologia de baixa renda da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Os municípios do Marajó possuem os piores IDHMs do país. Em 2010, dos cinquenta piores IDHMs do Brasil, doze pertenciam ao Estado do Pará e destes, oito pertenciam ao Marajó, incluindo o pior IDHM do país, registrado no município de Melgaço. A maioria dos municípios possui Índice de Progresso Social médio, em 2023, abaixo da média estadual (52,68) e nacional (67,94), correspondendo ao grupo de municípios que possuem os piores IPS Amazônia 2023. Também se observa que o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), em 2023, ficou abaixo de 39,99 na maioria dos municípios marajoaras, evidenciando um nível de desenvolvimento muito baixo.

Tabela 10 - Renda e nível de desenvolvimento.

Município	Tipologia PNDR	IDHM (2010)	IPS (2023)	IDSC (2023)
Afuá	Baixa Renda e Médio Dinamismo	0.489	50,75	38,31
Anajás	Baixa Renda e Médio Dinamismo	0.484	46,34	39,23
Bagre	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0.471	50,53	37,49
Breves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0.503	50,01	38,20
Cachoeira do Arari	Baixa Renda e Médio Dinamismo	0.546	50,72	43,98
Chaves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0.453	50,20	37,67
Curralinho	Baixa Renda e Médio Dinamismo	0.502	51,17	42,04
Gurupá	Baixa Renda e Médio Dinamismo	0.509	55,28	40,58
Melgaço	Baixa Renda e Alto Dinamismo	0.418	46,55	37,11
Muaná	Baixa Renda e Médio Dinamismo	0.547	54,31	41,84
Ponta de Pedras	Baixa Renda e Médio Dinamismo	0.562	54,62	41,41
Portel	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0.483	44,01	33,34
Salvaterra	Média Renda e Médio Dinamismo	0.608	53,73	41,03
Santa Cruz do Arari	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0.557	55,07	37,00
São Sebastião da Boa Vista	Baixa Renda e Médio Dinamismo	0.558	53,39	39,60
Soure	Média Renda e Médio Dinamismo	0.615	56,92	37,70

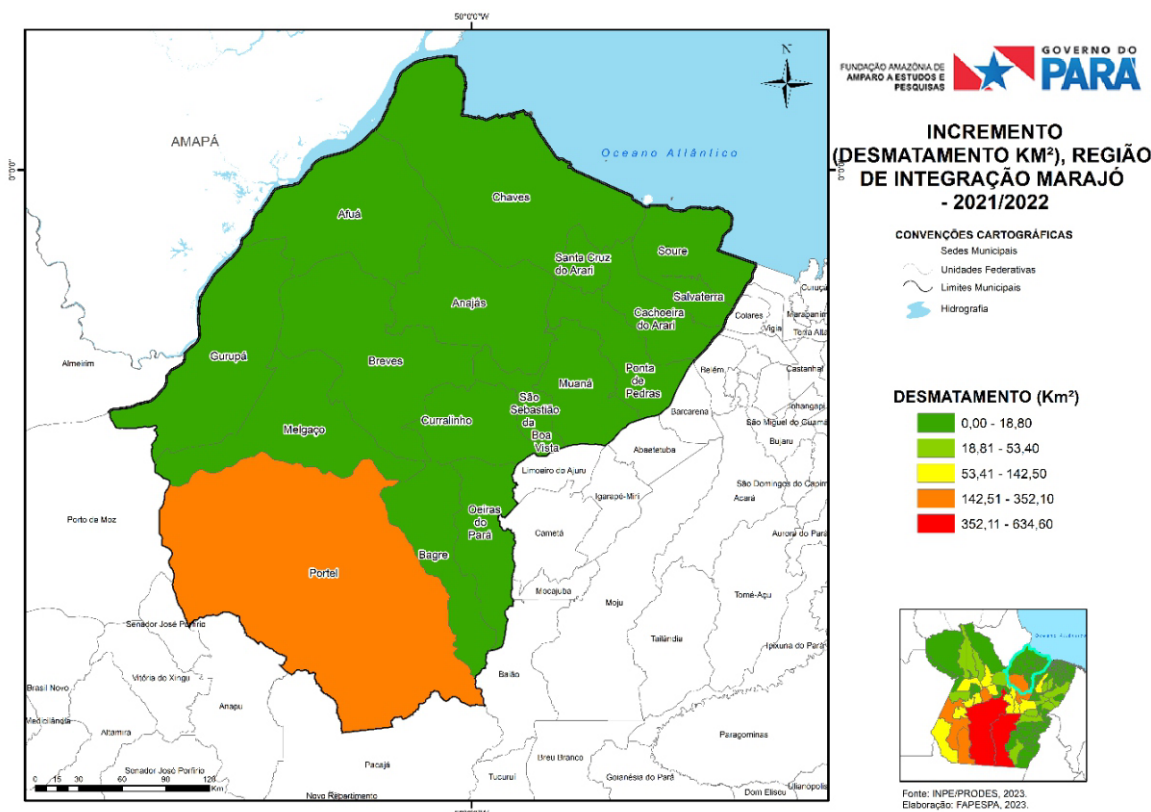
FONTE: ATLAS (2010); IMAZON (2023).

2.8. Aspectos ambientais

A Região do Marajó possui 65,64% do seu território coberto por áreas protegidas (Unidades de Conservação) sendo 65,03% de Uso Sustentável e 0,61% de Proteção Integral. Contudo, a região apresenta focos de desmatamento cujos dados, em 2022, demonstram que a região alcançou a marca de 331,4 km², o que representa um aumento de aproximadamente 22,5% em relação a 2021. O município de Portel apresentou os maiores índices, com

área desmatada de 317,2 km² nesse ano, equivalente a 95,7% do desmatamento da região. De igual forma, Portel apresentou o maior índice de focos de calor (1.538 focos) representando mais de 62% dos registros na Região de Integração Marajó

Figura 2 - Mapa do incremento do desmatamento anual da região do Marajó 2021-2022.



(FAPESPA, 2023 com base nos dados do PRODES-INPE/MPF/MMA, 2022). **FONTE:** FAPESPA, 2023 A PARTIR DOS DADOS DO INPE/PRODES, 2023.

No tocante à regularização ambiental, dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente apresentam os números de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Nesse quesito, a Região do Marajó apresentou em março de 2023 o total de 81,05% de sua área com CAR registrado. Entre os municípios com maiores destaques estão São Sebastião da Boa Vista, com 96,75% de sua área registrada, seguido por Afuá (96,04%) e Portel (90,21%).

Tabela 11 - Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Marajó, 2022.

Unidade Geográfica	Área Territorial (SEMAS/km ²) (A)	Área Cadastrável (km ²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM ²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Marajó	106.661,92	83.826,16	78,59	67.945,21	81,05
Afuá	8.338,43	4.867,36	58,37	4.674,84	96,04
Anajás	6.913,64	6.734,41	97,41	5.673,83	84,25
Bagre	4.397,32	4.119,24	93,68	2.282,74	55,42
Breves	9.566,57	7.563,59	79,06	6.578,49	86,98
Cachoeira do Arari	3.100,26	2.609,82	84,18	2.185,22	83,73
Chaves	12.534,99	9.359,69	74,67	7.611,08	81,32
Curralinho	3.617,25	2.025,53	56	1.233,89	60,92
Gurupá	8.570,28	5.776,97	67,41	4.920,68	85,18
Melgaço	6.774,06	4.283,55	63,23	2.754,18	64,3
Muaná	3.763,33	3.244,24	86,21	2.021,05	62,3
Oeiras do Pará	3.852,29	2.714,58	70,47	1.181,03	43,51
Ponta de Pedras	3.363,74	2.832,58	84,21	2.164,00	76,4
Portel	25.384,96	22.564,41	88,89	20.356,43	90,21
Salvaterra	918,56	730,82	79,56	486,7	66,6
Santa Cruz do Arari	1.076,65	1.038,16	96,42	774,95	74,65
São Sebastião da Boa Vista	1.632,25	781	47,85	755,63	96,75
Soure	2.857,34	2.580,24	90,3	2.290,47	88,77

Fonte: FAPESPA, 2023 a partir dos dados do SEMAS/PMV, 2023.

Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Cabe ressaltar que, além da obrigatoriedade do registro a todos os imóveis rurais do país, o CAR se constitui no primeiro passo para a regularização ambiental, facilita o crédito e dá acesso à benefícios previstos no código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

Importante ressaltar que as boas práticas ambientais vêm se tornando fontes para captação de recursos e de incentivos aos governos locais. No estado do Pará a Região do Marajó teve uma participação média de 15,2% do total de ICMS Verde repassado pelo governo estadual aos municípios em 2022, cujo montante foi de R\$ 48.652 milhões (FAPESPA, 2023).

Tabela 12 - Valor de ICMS Verde (R\$) repassado para os Municípios da Região de Integração Marajó, 2018-2022.

Item geográfico	2018	2019	2020	2021	2022
Pará	222.050.762,97	240.287.497,84	261.181.619,86	288.870.003,84	319.562.399,00
RI Marajó	26.664.095,24	27.387.097,66	30.357.141,16	34.899.804,24	48.652.288,74
Afuá	1.244.459,39	1.454.349,09	2.093.697,29	2.302.431,14	3.144.022,65
Anajás	1.248.649,57	1.317.000,76	1.931.170,42	2.290.316,66	3.177.093,37
Bagre	1.742.090,84	1.666.564,94	1.855.042,56	2.138.497,42	2.318.061,70
Breves	1.909.178,99	2.102.065,10	2.359.521,45	2.545.403,31	3.337.002,39
Cachoeira do Arari	1.152.617,39	1.210.472,25	1.141.964,42	1.398.571,35	2.909.971,16
Chaves	1.407.975,29	1.497.357,57	1.544.086,24	1.691.640,80	2.680.465,44
Curralinho	1.661.624,85	1.595.659,09	1.645.591,23	2.085.269,51	2.959.954,71
Gurupá	1.778.475,47	1.906.570,09	1.985.920,62	2.287.222,14	2.686.421,28
Melgaço	1.714.362,91	1.743.679,29	1.905.411,44	2.209.888,02	2.676.814,44
Muaná	1.729.871,90	1.654.166,17	1.765.202,56	2.091.353,83	2.958.916,13
Oeiras do Pará	1.601.217,52	1.596.752,47	1.661.601,66	2.068.926,69	2.289.672,58
Ponta de Pedras	1.155.618,77	1.190.107,91	1.211.448,54	1.394.660,77	2.846.805,65
Portel	2.494.078,11	2.451.722,34	2.844.316,92	2.977.072,60	2.368.704,35
Salvaterra	1.617.961,46	1.582.842,81	1.643.309,11	1.884.768,45	2.680.840,92
Santa Cruz do Arari	775.133,49	1.087.415,03	1.074.044,15	1.411.664,38	3.001.485,84
São S. da Boa Vista	1.656.846,24	1.637.529,27	1.896.407,24	2.090.342,79	3.541.410,48
Soure	1.773.933,05	1.692.843,47	1.798.405,31	2.031.774,40	3.074.645,65

FONTE: FAPESPA, 2023 A PARTIR DOS DADOS DO SEMAS/PMV, 2023.

NOTA: DEDUZIDOS 20% DE CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEB.

Os dados demonstram que São Sebastião da Boa Vista deteve a maior parcela de incentivo (7,3%), seguido por Breves (6,9%) e Anajás e Afuá ambos com (6,5%).

3. METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO INTEGRADO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)

O Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) nasceu como resposta à mobilização da sociedade civil junto ao CONDE/SUDAM em um processo de construção integrada e participativa que envolveu as instituições públicas nos três níveis de governo, entidades privadas representativas e sociedade civil organizada que atuam na região do arquipélago do Marajó no estado do Pará.

Na visão dos atores locais é necessário o estabelecimento de políticas públicas que promovam o fortalecimento das atividades produtivas, das organizações sociais e das capacidades governativas da gestão municipal, o fomento aos arranjos e cadeias produtivas sustentáveis, conciliando o desenvolvimento socioeconômico inclusivo e a conservação ambiental, tendo como base a vertente ambiental, econômica e social (Figura 3).

Figura 3 - Vertentes base do Plano Integrado.



Fonte: SUDAM, 2024

Como desdobramento da moção apresentada, a SUDAM mobilizou os atores regionais para um Seminário denominado “**IDENTIFICANDO DEMANDAS PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) E DO BAILIQUE (AP)**”, realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2023, na sede da SUDAM, em Belém do Pará e que contou com 497 participantes para identificar ações e projetos prioritários no curto, médio e longo prazos.

Figura 4 - Fluxograma com etapas de construção do Plano Integrado.



Fonte: SUDAM, 2024

O Seminário contou com plenárias gerais e grupos de trabalho, divididos em 08 (oito) macro eixos temáticos estratégicos.

1. *Desenvolvimento sustentável e inclusivo;*
2. *Pesca, piscicultura e aquicultura;*
3. *Fruticultura, produtos florestais madeireiros e não madeireiros e agricultura familiar;*
4. *Pecuária leiteira, cadeia do Queijo do Marajó, bubalinocultura no Marajó e Bailique e criação de pequenos animais.*
5. *Cultura e turismo*
6. *Regularização fundiárias e fomento à produção;*
7. *Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável, e*
8. *Governança e participação social.*

Após a consolidação preliminar dos resultados do Seminário, a Sudam criou o Grupo de Trabalho Técnico do Marajó (PA) e Bailique (AP) cuja atribuição foi definir melhor as demandas levantadas no Seminário, com identificação de valores, prazos e parceiros. Para tal, foram realizadas reuniões de trabalho e workshops com o Grupo de Trabalho - GT.

O gráfico 1 apresenta as instituições públicas, privadas e da sociedade civil que compunham o Grupo de Trabalho. Importante destacar a multisetorialidade das instituições participantes do GT, composto por ministérios setoriais, instituições de ensino superior, governos do Pará e do Amapá,

associação e municípios do Marajó, instituições religiosas e demais representantes da sociedade civil. Os nomes de todas as instituições constam no topo deste documento, na lista de siglas.

Gráfico 3 - Participação representativa no GT Marajó PA) e Bailique (AP).



Fonte: SUDAM, 2024

A dinâmica utilizada nos workshops permitiu colocar, juntos, demandantes e ofertantes, governos e sociedade civil. Os resultados foram os melhores, pois foi possível enxergar de forma sistêmica o que é prioritário para esses arquipélagos e o que as instituições têm a ofertar.

Na figura 5 constam os registros dos workshops realizados na SUDAM, de forma híbrida, onde foram aprimoradas as demandas sociais elencadas no Seminário.

Figura 5A - Reunião do GT Marajó e Bailique, **5B** – Oficina de orientação para os integrantes do GT para consolidação dos projetos e ações do Plano



. Fonte: SUDAM, 2023

A partir das demandas sociais elencadas como prioritárias nas oficinas e workshops, a equipe técnica da SUDAM elaborou uma nuvem de palavras com os temas mais frequentes conforme figura abaixo. A nuvem de palavras é uma ferramenta que possibilita visualizar de forma clara as palavras-chave mais importantes para uma determinada ação.

Figura 6 - Temas mais frequentes elencados pelas instituições e sociedade civil para o Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).



Fonte: SUDAM, 2024

Assim, percebe-se nitidamente que temas como “produção”, “verticalização”, “beneficiamento”, “agricultura familiar”, “tecnologias” possuem grande peso nas demandas elencadas. Isso possibilita aos tomadores de decisão darem maior foco em políticas voltadas a esses temas.

A Resolução/Condrel nº 115, de 21 de dezembro de 2023 também instituiu, no âmbito do CONDEL, o Comitê Técnico para acompanhar as ações dos arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) e para dar início formal aos encaminhamentos definidos no Plano.

4. MODELO LÓGICO PARA O PLANO INTEGRADO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)

O modelo lógico é uma ferramenta importante para a compreensão de e a execução da política pública. Ele permite a identificação de insumos, atividades, produtos, resultados e impactos de forma clara e objetiva, capaz de traçar uma linha de causas e efeitos das ações da política a ser implementada, garantindo uma avaliação mais precisa dos seus resultados e impactos. Além disso, o modelo lógico permite uma comunicação mais clara e efetiva das ações e resultados da política pública com as partes interessadas.

Segundo Ipea (2018), o modelo lógico deve apresentar os seguintes componentes:

Insumos: Os insumos de uma política são os recursos necessários para a sua execução, sejam financeiros, físicos (equipamentos, materiais, instalações), humanos (número, tipo, qualificação) ou outros. Por exemplo, a sensibilização de atores, a mudança de marcos normativos, o diagnóstico de situação, as pesquisas de opinião, entre outros, podem ser considerados, a depender do problema, insumos para a política.

Atividades: As atividades são as ações e os serviços realizados sob o escopo da política. Nessa etapa, devem ser consideradas:

- **Atividades diretas**, aquelas que recaem sobre os beneficiários da política em si (treinamentos, distribuições de renda etc.);

- **Atividades indiretas**, aquelas necessárias para garantir a realização da política (treinamento de funcionários, tarefas de gerenciamento, provisão de instalações etc.);

Tais atividades podem e devem ser desenhadas na forma de processos, ou seja, atividades encadeadas por um passo a passo. A cada atividade devem corresponder os insumos necessários à sua consecução.

Produtos: No âmbito de um modelo lógico, denominam-se produtos (outputs) os frutos diretos e quantificáveis das atividades da política, entregues imediatamente pela realização de suas atividades. Trata-se, por exemplo, do número de beneficiários servidos, do número de horas de duração de uma intervenção, do número de funcionários treinados, da quantidade de benefício entregue, entre outros. Por norma, cada atividade deve contribuir para, no mínimo, um produto.

Resultados: Os resultados (outcomes) de uma política, por sua vez, são mudanças observadas no curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições, como resultado da intervenção realizada. Alterações sobre conhecimento, habilidades, atitudes, motivação e comportamento de indivíduos são alguns exemplos.

Impactos: Por fim, os impactos de uma política são mudanças de mais longo prazo promovidas sobre o aspecto ou a perspectiva futura de seus beneficiários ou grupo no qual se inserem (por exemplo, um aumento de bem-estar da população em relação ao tema da intervenção).

A construção do modelo lógico leva em conta o alinhamento da estrutura definida pelo manual ex ante (IPEA, 2018) com a metodologia utilizada para a formulação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP). Como forma de customizar o modelo lógico tradicional ao Plano em questão, foram adicionados ao modelo os eixos trabalhados no Seminário de identificação de demandas, de forma a espelhar o encadeamento entre estes eles formando uma “árvore” lógica na qual os eixos estão conectados a um insumo, atividade, produto, resultado e impacto. A figura abaixo demonstra o modelo lógico para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).

Figura 7 - Modelo lógico para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).

Eixos	Insumos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos
<i>Desenvolvimento sustentável e inclusivo</i>	Orçamentário/financeiro Orçamento Geral da União Orçamento Geral do Estado Fundo Constitucional de Financiamento do Norte Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Incentivos Fiscais e financeiros Fundos de origem nacional e internacional Recursos de origem privada Parcerias público-privada Não orçamentário/financeiro Recursos humanos e tecnológicos disponíveis Capital social existente (associações, cooperativas, instituições diversas)	Orçamentário/financeiro Financiamento de fundos reembolsáveis Financiamento de fundos não-reembolsáveis Financiamento de incentivos fiscais Financiamento pelos gastos e investimentos públicos Não orçamentário/financeiro Publicação de editais Mobilização dos atores locais Articulação política junto aos entes federais, estaduais e municipais	Orçamentário/financeiro Projetos e ações com recursos reembolsáveis implementados Projetos e ações com recursos não reembolsáveis implementados Não orçamentário/financeiro Medidas administrativas implementadas	Aumento de atividades implementadas de forma sustentáveis e inclusivas	Elevação dos níveis de desenvolvimento da população dos arquipélagos do Marajó (PA e Bailique (AP)) Aumento da produção e da renda interna Redução das desigualdades sociais Meio ambiente preservado Segurança jurídica e fundiária Fomento da produção Governança fortalecida e moderna
<i>Pesca, piscicultura e aqüicultura</i>				Aumento da produção pesqueira mais sustentáveis e com maior verticalização	
<i>Fruticultura, produtos florestais madeireiros e não madeireiros e agricultura familiar</i>				Elevação da oferta de produtos da fruticultura, produtos florestais madeireiros e não madeireiros e da agricultura familiar com melhores práticas	
<i>Pecuária leiteira, cadeia do Queijo do Marajó, bubalinocultura no Marajó e Bailique e criação de pequenos animais</i>				Melhor aproveitamento dos produtos da pecuária regional, agregação de valor	
<i>Cultura e turismo</i>				Aumento do fluxo turístico sustentável e de qualidade	
<i>Regularização fundiária e fomento à produção</i>				Aceleração dos processos de titulação de terras no Marajó (PA) e Bailique (AP), segurança jurídica e fundiária	
<i>Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável</i>				Melhorias na infraestrutura regional	
<i>Governança e participação social</i>				Melhorias na governança local, empoderamento da gestão municipal, melhorias nos processos e entregas	

Fonte: SUDAM, 2024

Os eixos para serem implementados necessitam de insumos, podendo ser orçamentários/financeiros e não orçamentários/financeiros. No primeiro caso, recorre-se aos recursos presentes nos orçamentos da União, Estados e municípios e aos fundos reembolsáveis e não-reembolsáveis existentes. No segundo, são aqueles que demandam conhecimento intelectual e organizacional.

As atividades são os esforços necessários para executar a ação, dividido novamente nos dois grupos conforme citados no parágrafo anterior. Os produtos demonstram a eficácia das ações, nesse caso são os projetos e ações implementadas e as medidas administrativas adotadas.

Os resultados indicam as mudanças, o incremento resultante de toda as ações anteriores. Por fim, o impacto revela a transformação ocorrida no território, com mudanças estruturais, no longo prazo, na sociedade.

5. RESULTADOS E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA AS DEMANDAS SOCIAIS COM O MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS PARA O PLANO INTEGRADO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)

Considerando que esta versão apresenta as demandas sociais prioritárias para o arquipélago do Marajó (PA), este documento apresenta o conjunto de ações resultantes do seminário, oficinas e workshops para o território distribuídas em horizontes temporais de 12 meses, 24 meses e 36 meses.

Os quadros tratados nos anexos deste documento apresentam o cruzamento entre demandas sociais e as ofertas institucionais capazes de contribuir com a implantação das ações prioritárias para o território do Marajó. As relações entre demandas e ofertas espelham os trabalhos executados durante o processo de elaboração do PRDA 2024-2027 que contou com uma experiência inédita de articulação do Plano Regional e seus atributos com os programas finalísticos do PPA 2024-2027, permitindo com que recursos e esforços do governo federal possam ser pactuados para apoiar ações e projetos na área do Plano.

Foram 20 Ministérios Setoriais que pactuaram Ações Estratégicas no âmbito do PRDA, permitindo que 656 Entregas previstas para o período 2024-2027 possam ser realizadas em articulação com as demandas vindas da região de abrangência do PRDA e de seus espaços prioritários de intervenção. A ideia é fazer esta mesma relação, porém em um recorte territorial menor, para o Plano de Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).

Para ilustrar melhor apresenta-se no quadro abaixo as informações gerais sobre os atributos do PRDA e dos Ministérios Setoriais já comprometidos com sua implementação na Amazônia Legal.

Quadro I - Relação entre os atributos do PRDA e do PPA Federal

Eixos do PRDA	Programas do PRDA	Ministérios Parceiros
Desenvolvimento Produtivo	Bioeconomia para o desenvolvimento sustentável	MIDR/MDIC/MDA/MCTI/ MTUR/ MMA
	Agropecuária Inclusiva e Sustentável	MAPA/MDA/ MMA/MPA
	Indústria e Serviços Sustentáveis	MTUR/MinC/MDIC/MIDR
Pesquisa, Inovação e Educação	Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia	MCTI/MAPA/MS
	Qualificação do Capital Humano	MEC/MMA/MCTI
Infraestrutura Econômica e Urbana	Logística e Integração	MT/MPOR/ MCOM/MIDR
	Infraestrutura Rural e Urbana	MCID/MT/ MME
Meio Ambiente	Sustentabilidade e Conservação Ambiental	MMA/MPI/ MCTI/ MME
Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	MIDR/MCID
Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais	Inclusão Produtiva	MTE/MEC/MPI
	Bem-estar Social	MS/MEC/MJSP/MPI/MDHC

Fonte: SUDAM, 2024

Com base neste potencial de articulação já realizado com o governo federal, e sendo o Marajó espaço prioritário de intervenção contido em sua região de abrangência, a atuação poderá contar com um conjunto de Entregas dos Programas Finalísticos do PPA 2024-2027 a serem negociadas para sua implementação. Este processo de pactuação com os Ministérios Setoriais deverá compor a estratégia de governança do Plano de Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (PA) e Bailique (AP).

Assim, o Anexo I – Demandas sociais prioritárias para o arquipélago do Marajó apresenta a relação de demandas por municípios em horizontes temporais de 12 meses, 24 meses e 36 meses, por eixos temáticos.

O Anexo II – Demandas sociais com recursos estimados e parceiros apresenta os valores estimados e necessários para executar a ação, os possíveis parceiros regionais e os ministérios setoriais com suas entregas previstas no PPA federal para o período de 2024-2027. O mapeamento das entregas do PPA espelha a transversalidade entre a demanda e a oferta com os possíveis recursos orçamentários para a execução a ação, orienta a execução das políticas no território e favorece a articulação de instituições como a SUDAM junto aos ministérios setoriais.


Somados aos recursos orçamentários presentes nos Planos Plurianuais, têm-se também os instrumentos de ação da SUDAM como meios para dar eficácia às demandas prioritizadas, tais quais, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, os Incentivos Fiscais e as transferências voluntárias. Além destes, é possível articular o aporte de recursos de fundos de caráter nacional e supranacional como o Fundo Amazônia.

O Arquipélago do Marajó precisa ser integrado ao processo produtivo e fortalecimento de suas cadeias produtivas, com sustentabilidade socioeconômica e ambiental e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como na redução das desigualdades sociais, erradicação da pobreza, acesso à água potável e saneamento, entre outros, para melhoria da qualidade de vida da população dos municípios que compõem o Plano de Integrado para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó.

6. SISTEMA DE GOVERNANÇA PARA O PLANO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)

Dentro de um Estado Democrático, a participação social é destacada e reivindicada pela sociedade como forma de cogestão, controle social das políticas públicas e de indução do desenvolvimento econômico, principalmente após a institucionalização de canais participativos com a edição da Constituição Federal de 1988.

O Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) é fruto de um processo de mobilização da sociedade civil organizada que atua na região, levando em consideração o reconhecimento do protagonismo dos municípios e organizações social nas iniciativas locais e regionais de promoção da sustentabilidade, pautando-se em uma agenda de diálogo e cooperação entre os atores locais e os governos.

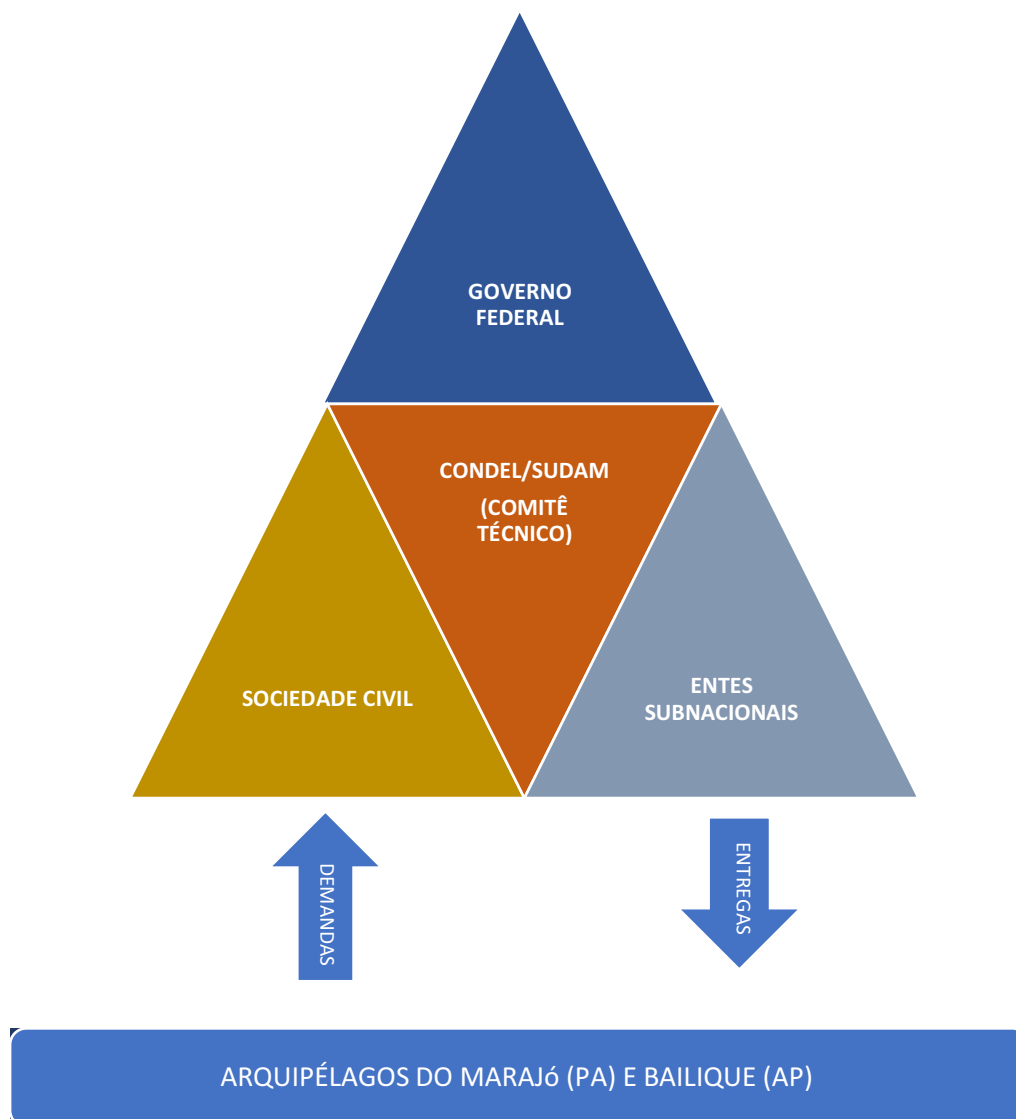


O Plano foi construído a partir de um amplo processo de discussão e de pactuação entre os diversos atores que conhecem e vivenciam o cotidiano dos municípios, bem como os problemas e as dificuldades enfrentadas pela população local quanto às estruturas deficientes e a precariedade dos serviços públicos oferecidos pelo poder público. Ao dar voz aos diferentes segmentos sociais, foi possível identificar demandas específicas que dificilmente poderiam ser captadas apenas pelo viés técnico. São pessoas que têm, portanto, diferentes leituras sobre o território e, conseqüentemente, forma peculiar de demandar ao poder público.

Para além dos compromissos com os princípios democráticos e com o atendimento aos princípios legais, o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) reconhece a importância de que os processos participativos conferem maior legitimidade ao planejamento territorial, porque possibilitam uma leitura mais assertiva do espaço público e promove o engajamento da sociedade com os compromissos e as estratégias adotadas.

Assim, o que se pretende é que o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) promova ações de políticas públicas que verdadeiramente contribuam para um desenvolvimento econômico, social e sustentável, e que irradiem e gerem benefícios para toda a comunidade, melhorando a qualidade de vida de todos os cidadãos que vivem nesses arquipélagos. A figura 8 apresenta o modelo de governança para o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP).

Figura 8 - Modelo de governança do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP).



Fonte: SUDAM, 2024

O modelo de governança do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) tem como elemento central o Conselho Deliberativo da SUDAM – CONDEL/SUDAM, instância legal que condensará as demandas sociais e que servirá de elo entre a sociedade local e o governo federal e as demais instituições regionais.

No âmbito do governo federal estão os ministérios setoriais, com destaque ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR e o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO. O primeiro, por ser o responsável por acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e por ter o ministro como o Presidente do CONDE/SUDAML. O segundo, pela coordenação do Plano Plurianual

e sua integração aos planos regionais e sub-regionais. Além dos ministérios setoriais, o CONDEL/SUDAM também estabelecerá o diálogo com as demais instituições regionais e os governos dos estados alcançados por este Plano.

Como base de apoio, o CONDEL/SUDAM será assistido pelo Comitê-Técnico instituído pela Resolução/Condel nº 115, de 21 de dezembro de 2023, composto por representantes dos entes públicos e da sociedade civil, cuja competência é acompanhar e avaliar as ações do Plano e promover a articulação necessária para a execução dos projetos e ações.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA O PLANO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ARQUIPÉLAGOS DO MARAJÓ (PA) e BAILIQUE (AP)

O monitoramento e a avaliação são componentes cruciais na gestão de qualquer plano, programa ou projeto, seja ele público ou privado. Segundo o Guia Prático de Análise Ex-ante de Políticas Públicas (BRASIL, 2018a), o processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas gera a informação necessária para verificar desempenho de políticas, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução. Por monitoramento entende-se o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política. Esta visão em tempo real do desempenho é vital para evitar desperdícios de recursos e para maximizar o impacto das ações implementadas.

A avaliação, por outro lado, oferece uma análise mais profunda e retrospectiva. Segundo Brasil (2018a), a avaliação envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política, no sentido de melhorar seus processos de tomada de decisão e ajustar as linhas de intervenção. Trata-se de informação mais aprofundada e detalhada sobre o funcionamento e os efeitos da política. Ela é essencial para compreender questões como os desafios enfrentados, e medição de eficiência, eficácia e efetividade das ações realizadas, avaliando se os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos iniciais. Assim, a avaliação contribui para a maior compreensão do curso das ações, permitindo que lições sejam aprendidas e aplicadas em futuras iniciativas. Além disso, a avaliação desempenha um papel crucial na prestação de contas aos atores envolvidos no processo, justificando o uso de recursos e reforçando a transparência nas ações.

A estratégia de monitoramento e avaliação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) se dividirá em duas partes conforme descrita no quadro abaixo.

Quadro II - Indicadores de monitoramento da implementação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP)

Tipo de Indicador	Fórmula de Cálculo	Objetivo
Execução Física dos Projetos	$\frac{[\text{Total de Projetos Concluídos}]}{[\text{Total de Projetos Planejados}]} \times 100$	Medir o progresso físico dos projetos, indicando o percentual de conclusão em relação ao planejado.
Execução Financeira dos Projetos	$\frac{[\text{Despesas Realizadas}]}{[\text{Orçamento Alocado}]} \times 100$	Avaliar a utilização dos recursos financeiros, mostrando a proporção do orçamento que foi efetivamente gasto.
Medidas Administrativas Implementadas	$\frac{[\text{Número de Medidas Administrativas Implementadas}]}{[\text{Total de Medidas Administrativas Planejadas}]} \times 100$	Monitorar a implementação e eficácia de ações administrativas específicas dentro do Plano de Ação, garantindo a aderência aos procedimentos e políticas estabelecidas.
Percentual de Implementação Geral	$\frac{[\text{Número de Ações Implementadas}]}{[\text{Total de Ações Pactuadas}]} \times 100$	Monitorar o avanço geral do Plano de Ação, indicando quantas das ações pactuadas foram efetivamente realizadas.

Fonte: SUDAM, 2024

A primeira terá o foco na implementação das ações, isto é, serão monitorados e avaliados os indicadores de execução física e financeira dos projetos elencados, bem como o percentual de implementação das demais ações que forem pactuadas. Assim cada entrega, materializada em um projeto, medida administrativa, ou outro tipo de ação definida, terá uma métrica, pela qual será identificado ao longo do andamento

do Plano, o quanto está evoluindo³. A análise conjunta dos indicadores de implementação das ações mostrará o percentual de execução dos projetos e ações propostas, relacionado a uma análise de eficácia, a qual se destina a demonstrar a entrega dos produtos dentro do modelo lógico do Plano.

O monitoramento e avaliação da implementação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) mostrarão ainda as dificuldades obtidas para implementação das ações, dentro de um processo de discussão de soluções necessárias, entre os atores envolvidos. Assim, durante o processo de monitoramento, devem ocorrer reuniões de alinhamento estratégico para identificação de entraves e pactuação de ações corretivas.

O monitoramento deve contemplar a definição de indicadores-chave e um processo de coleta e análise de dados, com a definição de sistemas de coleta de dados e aplicação de métodos analíticos, para interpretar os dados coletados e informar decisões futuras. Ademais, será estabelecido um cronograma de monitoramento, com revisões periódicas, para garantir a atualização constante dos dados e ações.

A avaliação de implementação, isto é, da eficácia das ações, retratará o processo de implementação anualmente, demonstrando os principais avanços e desafios enfrentados. Serão utilizadas técnicas para identificar barreiras na implementação do plano, incluindo questões legais, logísticas e de engajamento dos atores. Além disso, será importante a utilização de canais de comunicação eficazes para receber feedback contínuo dos stakeholders.

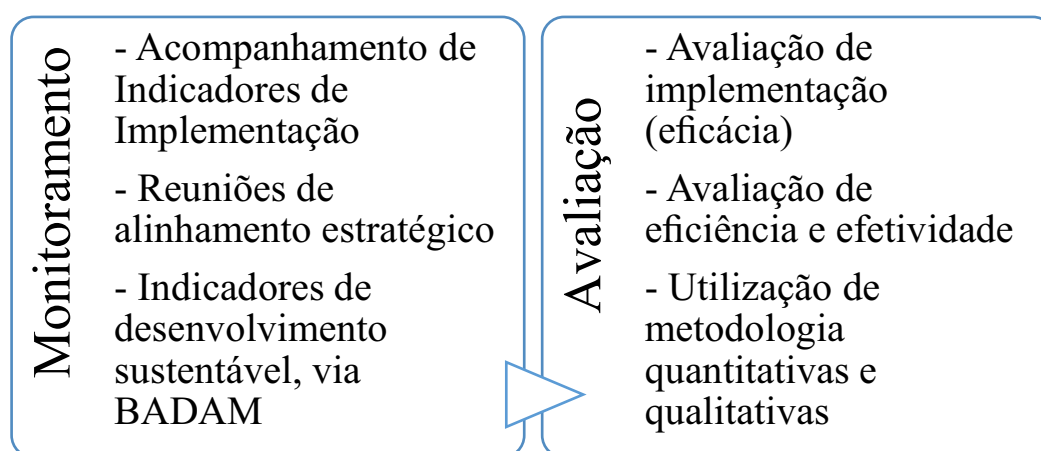
A segunda parte da estratégia de monitoramento e avaliação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) será aquela ligada principalmente à avaliação de eficiência e efetividade, a qual será realizada ao final do período 2024-2027, por meio de metodologias qualitativas e quantitativas que terão por objetivo identificar o impacto e o custo-benefício das ações implementadas em indicadores de desenvolvimento sustentável, que terão seu desempenho acompanhado no período. Além disso, os indicadores abordados na seção de contextualização socioeconômica serão acompanhados no período,

³ Ressalta-se que no processo de monitoramento será fundamental o compartilhamento de informações de execução das ações pelos responsáveis de cada ação ou projeto pactuado. Caso contrário, pode prejudicar o processo de mensuração do progresso do Plano.

principalmente por meio do Banco de Dados da Amazônia Legal - BADAM, em conjunto com os indicadores de implementação abordados anteriormente, com o objetivo de se obter uma visão ampla da situação local mais recente e ajustar o curso das ações conforme se demonstrar necessário.

Dessa forma, a estratégia de monitoramento e avaliação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) será implementada conforme ilustrado na figura abaixo.

Figura 9 - Estratégia de Monitoramento e Avaliação do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP).




Fonte: SUDAM, 2024

A estratégia, bem como os procedimentos de monitoramento e avaliação executados no âmbito do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) terão como base o Guia Prático de Análise Ex-post de Políticas Públicas (BRASIL, 2018b), conforme já mencionado e o Guia metodológico para monitoramento e avaliação, planos, programas e projetos de desenvolvimento regional (BRASIL, 2023), publicado pela SUDAM, além de outras referências a serem definidas no momento de elaboração dos documentos.

8. CONSIDERAÇÕES

O Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) promoveu um novo momento de planejamento para os territórios do Marajó (PA) e Bailique (AP), pautado na valorização do conhecimento dos atores locais e na escuta da sociedade.

Ao dar voz aos diferentes segmentos sociais, foi possível identificar demandas específicas que dificilmente poderiam ser captadas apenas pelo viés técnico. São



peças que têm, portanto, diferentes leituras sobre o território e, conseqüentemente, forma peculiar de demandar ao poder público.

Com o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP), versão I – Marajó, foi possível organizar as principais demandas sociais para esse território, sem esgotá-las, mas que permite, a partir de esforços conjuntos coordenados pelo Conselho Deliberativo da SUDAM junto aos ministérios setoriais, governo federal e instituições públicas e privadas, promover mudanças econômicas, sociais e ambientais que tanto a sociedade almeja.

A convergência entre os anseios sociais e as ações previstas para o território permitiu estabelecer uma relação demanda/oferta apresentada nos anexos I e II deste documento, tendo como foco os recursos orçamentários e não orçamentários, assim como outras fontes de recursos necessárias ao desenvolvimento do arquipélago do Marajó (PA).

Como resultado, espera-se que verdadeiras mudanças possam ocorrer no Marajó com melhorias nos níveis de vida da população, redução da desigualdade social, aumento da produção e da renda, segurança jurídica e fundiárias, meio ambiente preservado e governos locais fortalecidos e modernos.

Assim, o Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP) propõe ser um elemento indutor e integrador de diferentes estratégias e instituições dentro de um processo de mobilização e engajamento que possui a finalidade de solucionar entraves ao desenvolvimento sustentável existentes na região do Marajó (PA) e Bailique (AP).

O MIDR e a SUDAM, em cumprimento as suas missões institucionais, acreditam que a participação social, a cooperação e trocas de experiências, são os melhores caminhos para se chegar ao desenvolvimento sustentável e incluyente.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Grupo Executivo Interministerial. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó. Brasília, DF, 2007.

DATASUS. Ministério da Saúde. Disponível em: < <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS: Região de Integração Marajó. Perfil socioeconômico e ambiental (PPA 2024-2027). Belém, PA, 2023. Disponível em:< https://drive.google.com/file/d/1sprfn1efL_hAllyXvdsBF5gVi0aXliDp/view>. Acesso em 14/03/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Base de Dados. 2023a Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

_____. Censo Agropecuário 2017. Base de Dados. 2023b. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

_____. IBGE Cidades. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

_____. Produto Interno Bruto dos Municípios 2020. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INTITUTO DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (Imazon). Belém, 2023. Disponível em: < <https://imazon.org.br/publicacoes/ips-amazonia-2023/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em < <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo escolar 2021. Disponível em < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ANEXO I – DEMANDAS SOCIAIS PRIORITÁRIAS PARA O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ POR EIXOS TEMÁTICOS

EIXO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

MUNICÍPIOS	DEMANDAS SOCIAIS		
	PRAZOS		
	12 meses	24 meses	36 meses
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Apoio ao beneficiamento de produtos naturais da fruticultura, pesca, oleaginosa para a produção familiar.	Capacitação para transferência de tecnologias inovativas sustentáveis para a agricultura familiar	Aquisição de máquinas e equipamentos para utilização de novas tecnologias produtivas
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Articulação para fortalecimento das instituições locais para assegurar e garantir os direitos humanos e igualdade de gênero às comunidades tradicionais e população dos municípios	—	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Apoio à organização e fortalecimento das cadeias produtivas específicas, a partir do uso de tecnologias inovadoras sustentáveis	—	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	—	Criação e Implantação da Universidade Federal do Marajó	—
CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, PONTA DE PEDRAS, SANTA CRUZ DO ARARI	—	—	Apoio à criação de Unidades Demonstrativas e Comunitárias de Aquicultura em áreas degradadas ou em degradação
AFUÁ, ANAJÁS, CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA	Criação de sistema de monitoramento e alerta de crise climática e ambiental da mesorregião marajoara	—	—
CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SALVATERRA	Apoio à implantação de tecnologias sustentáveis para construção de açudes, poços, cisternas, captação e armazenamento de água da chuva para o município	—	—
ANAJÁS, CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA	Instalação de coordenação municipais de proteção e defesa civil no município	—	—
CHAVES, CURRALINHO, MUANÁ	Fortalecimento da educação com foco na realidade marajoara, incluindo aquisição de embarcações adaptadas à realidade local, acesso à internet de qualidade e capacitação pedagógica	—	—
ANAJÁS, PORTEL, CACHOEIRA DO ARARI, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA	Apoio ao desenvolvimento de ações de prevenção para a redução dos impactos dos eventos climáticos sobre a população	—	—

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: PESCA, PISCICULTURA E AQUICULTURA

MUNICÍPIOS	DEMANDAS SOCIAIS		
	PRAZOS		
	12 meses	24 meses	36 meses
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	—	Apoio a projetos de implantação de unidades familiares de beneficiamento da pesca para produção com qualidade para atender as exigências do mercado e da vigilância sanitária	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	—	Apoio à organização e fortalecimento das cadeias produtivas específicas, a partir do uso de tecnologias inovadoras sustentáveis.	—
CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, PONTA DE PEDRAS, SANTA CRUZ DO ARARI	—	Implantação de fábrica de ração para peixe e camarão com estímulo à produção familiar rural, com a valorização do conhecimento e saberes do produtor da agricultura marajoara, a partir do uso de práticas e tecnologias sustentáveis	—
CHAVES, CURRALINHO, MUANÁ	—	—	Fortalecimento da atividade pesqueira com a implantação de uma unidade de demonstração da produção através da construção de unidades demonstrativas de produção (larvicultura/engorda)
OEIRAS DO PARÁ	—	Financiamento a projetos de pesquisa, produção e formação profissional (financiamento para produção dos peixes em tanques e/ou poços com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade)	—
PONTA DE PEDRAS	—	Implantação de Sistemas de refrigeração movidos a energia solar, composto de câmara frigorífica modular e máquina de produção de gelo, alimentadas por energia solar.	—
CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, PONTA DE PEDRAS, SANTA CRUZ DO ARARI	—	—	Apoio para implantação de manejo comunitário de pesca, acordos de pesca e consórcios com a aquicultura para recuperação dos mananciais de pesca
CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, PONTA DE PEDRAS, SANTA CRUZ DO ARARI	—	—	Capacitação para organização, uso e manejo sustentável e consciente dos mananciais de pesca com respeito ao defeso

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: FRUTICULTURA E PRODUTOS FLORESTAIS MADEIREIROS E NÃO MADEIREIROS E AGRICULTURA FAMILIAR

MUNICÍPIOS	DEMANDAS SOCIAIS		
	PRAZOS		
	12 meses	24 meses	36 meses
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, OEIRAS DO PARÁ, PORTEL, OEIRAS DO PARÁ	Diagnóstico dos arranjos produtivos locais e potencial produtivo dos municípios (Identificação de espécies nativas ou não que tenham potencial produtivo e de geração de renda.)	—	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, OEIRAS DO PARÁ, PORTEL, OEIRAS DO PARÁ	—	Apoio às cadeias produtivas identificadas e implantação de rastreabilidade de origem da produção.	—
AFUÁ, ANAJÁS	—	Implantação de unidades familiares para o beneficiamento da fruticultura.	—
BREVES, BAGRE, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SANTA CRUZ DO ARARI, SOURE, SALVATERRA	—	Resgate de espécies frutíferas nativas do Marajó e implantação de unidades familiares para o beneficiamento das frutas.	—
CURRALINHO, MUANÁ	—	Aquisição de máquinas e equipamentos para fortalecer as ações da Secretária Municipal de Agricultura (tratores com implementos agrícolas, voadeiras e barcos para escoamento da produção, computadores, GPS)	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Capacitação em modelos de negócios, baseados na organização associativa e cooperativa, com utilização de práticas sustentáveis para a agricultura familiar.	Implantação de viveiros para produção de mudas selecionadas de espécies frutíferas nativas	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Promover a verticalização da produção e aumentar a eficiência e o controle sobre a cadeia produtiva como melhoria à qualidade de vida.	Apoio e fomento a implantação de agroindústrias para verticalização da fruticultura no Marajó.	—

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: PECUÁRIA LEITEIRA, CADEIA DO QUEIJO, BUBALINOCULTURA NO MARAJÓ E BAILIQUE E CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

MUNICÍPIOS	DEMANDAS SOCIAIS		
	PRAZOS		
	12 meses	24 meses	36 meses
CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, MUANÁ, PONTA DE PEDRAS, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Transferências de tecnologias para a produção sustentável de bubalinos (capacitações, transferência de conhecimentos, experiências e metodologias) a fim de aumentar, de forma sustentável a produtividade e melhorar a competitividade dos sistemas de produção.	—	—
CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI	Capacitação em manejo, processamento e acesso a linhas de crédito para produtores de pequenos animais (porco, frango, patos) - Qualifica Marajó	—	—
CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, PONTA DE PEDRAS, SANTA CRUZ DO ARARI	Apoio à criação de pequenos animais e estímulo à avicultura (porcos, frangos e patos) como fortalecimento da produção familiar no Marajó.	—	—
MUANÁ	Capacitação de famílias rurais para suinocultura e avicultura sustentáveis	—	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Instalação de sistemas alternativos de armazenamento e abastecimento de água potável para as comunidades rurais no período de estiagem (cisternas)	—	Instalação de sistemas de armazenamento de águas pluviais para suprir a carência de água potável, principalmente na época de verão quando os rios e igarapés secam (CISTERNAS)
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Treinamentos em boas práticas de produção e de processo de certificação de alimentos	—	—

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: CULTURA E TURISMO

MUNICÍPIOS	DEMANDAS SOCIAIS		
	PRAZOS		
	12 meses	24 meses	36 meses
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Articulação institucional para criação do Fundo de Investimento para Cultura e Turismo no Marajó	Centro de referência de cultura e segurança alimentar do Marajó (projetar um sistema próprio de valorização e fortalecimento cultural ao mesmo tempo em que se desenvolvem os programas de segurança alimentar)	—
AFUÁ, ANAJÁS, BREVES, BAGRE, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PORTEL, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	Elaboração do Plano de Ecoturismo de Base Comunitária do Município	—	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Criação de Roteiros Integrados para desenvolver o ecoturismo de base comunitária	—	—
BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, PONTA DE PEDRAS PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento do Turismo de base comunitária (TBC) dos municípios dos campos e floresta do Marajó.	—	—
BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Diagnóstico das organizações locais que trabalham com turismo e existência de iniciativas locais de turismo de base comunitária.	—	—
BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Criação de Conselhos de turismo de base comunitária, em cada município da região do Marajó	—	—
BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Criação de programas de capacitação em turismo de base comunitária para a região do Marajó	—	—
BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Estabelecimento de parcerias entre setor público e privado para o desenvolvimento das atividades de turismo de base comunitária	—	—
BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Criação e implantação de incubadora/cooperativas de turismo de base comunitária associada às atividades produtivas locais de cada município.	—	—
BAGRE	—	Implantação de museu e espaço de memórias por municípios interligados ao Museu do Marajó e criação e implantação do Centro Nacional da Cultura Marajoara;	—
CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SOURE	Criação de linhas de apoio financeiro/repasse de recursos públicos para iniciativas de turismo de base comunitária(TBC) na região do Marajó	—	—
CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Identificação e implantação de trilhas de médio e longo curso com possibilidade de conexão com e entre as regiões de campos e florestas no Marajó.	—	—
CACHOEIRA DO ARARI, SOURE, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Apoio à criação e implementação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação do desenvolvimento do Plano Marajó	—	—
CACHOEIRA DO ARARI, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Criação da rede de turismo de base comunitária da mesorregião marajoara, em ambiente digital (plataforma de rede), colaborativa e de compartilhamento de aprendizados e experiências.	—	—
OEIRAS DO PARÁ	Consultorias e assessorias com profissionais para elaboração dos projetos de turismo e cultura (capacitação)	—	—
PONTA DE PEDRAS	Construção de 12 praças públicas de cultura e lazer	—	—

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FOMENTO À PRODUÇÃO

MUNICÍPIOS	DEMANDAS SOCIAIS		
	PRAZOS		
	12 meses	24 meses	36 meses
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	—	Criação de força tarefa até o final de 2024 para conclusão dos processos em andamento de regularização de comunidades quilombolas, ribeirinhas e sedes dos municípios e demais comunidades da zona rural.	Estímulo à abertura de créditos e financiamentos adequados à realidade marajoara
AFUÁ, ANAJÁS, BREVES, BAGRE, GURUPÁ, OEIRAS DO PARÁ, PORTEL	—	Intensificar a titularização nos assentamentos federais e estaduais (emissão de Títulos CCU's para todos os Assentamentos Agroextrativistas Federais (INCRA) e de Títulos Coletivos para as Glebas Estaduais (ITERPA).	—
MUANÁ, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, MELGAÇO, PONTA DE PEDRAS, SANTA CRUZ DO ARARI	—	Implantar e ampliar a representação institucional nos municípios do Marajó dos órgãos de regularização fundiária, para apoio aos produtores familiares, pescadores e ribeirinhos, para implementar a regularização fundiária no Marajó.	—
MUANÁ	Concessão de títulos de posse e propriedade às famílias da zona rural com possibilidade de financiamento para manejo sustentável	—	—
MUANÁ	Capacitação em manejo, processamento e acesso a linhas de crédito para produtores de pequenos animais	—	—
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Intensificar a titularização nos assentamentos federais e estaduais junto aos sindicatos e INCRA para atualização dos novos montadores de assentamentos.	—	—
MUANÁ	—	—	Expansão das agências e instituições financeiras de fomento

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

MUNICÍPIOS	DEMANDAS SOCIAIS		
	PRAZOS		
	12 meses	24 meses	36 meses
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Fortalecimento e estruturação da capacidade governativa municipal	—	Fortalecimento da governança em rede e aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos para garantir as transferências de recursos para os municípios.
AFUÁ, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, MUANÁ, OEIRAS DO PARÁ, PONTA DE PEDRAS, PORTEL, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, SOURE	Capacitação continuada em participação e controle social.	—	—
AFUÁ, ANAJÁS, CACHOEIRA DO ARARI, GURUPÁ, MELGAÇO, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Fortalecimento das ações do Programa Cidadania Marajó, de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	—	—
AFUÁ, ANAJÁS, BREVES, CACHOEIRA DO ARARI, GURUPÁ, MELGAÇO, PORTEL, SANTA CRUZ DO ARARI, SALVATERRA, SOURE	Realização de ações e campanhas preventivas de combate ao abuso e exploração sexual infantil, de forma permanente, contínua, e integrada entre os diversos órgãos do poder público federal, estadual e municipal e representativos da sociedade	—	—
BREVES	Construção de Casas de Acolhimento e tratamento de vítimas de violência doméstica e abuso sexual no Marajó, com equipe multidisciplinar em Breves	—	—
CACHOEIRA DO ARARI, CHAVES, PONTA DE PEDRAS, SANTA CRUZ DO ARARI	—	—	Criação de comitês gestores vinculados ao CONDEL/SUDAM
ANAJÁS, CACHOEIRA DO ARARI, SANTA CRUZ DO ARARI, PORTEL, SALVATERRA	Gestão articulada nos três níveis de poder para propor medidas e legislação adequada ao Marajó para exigência de pagamentos de danos ambientais e reverter para as populações impactadas.	—	—

Fonte: SUDAM, 2024

ANEXO II – DEMANDAS SOCIAIS COM RECURSOS ESTIMADOS E PARCEIROS POTENCIAIS

EIXO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

PRAZO: EM 12 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Apoio ao beneficiamento de produtos naturais da fruticultura, pesca, oleaginosa para a produção familiar.	EMATER; AMAZÔNIA TEC	MDS	—	—	—
		MAPA	Agropecuária Sustentável	2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
		MAPA	Agropecuária Sustentável	2028	Oferta e acesso a tecnologias, processos e produtos, apropriados à produção orgânica, considerando a transição agroecológica
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal (SNPA)
Articulação para fortalecimento das instituições locais para assegurar e garantir os direitos humanos e igualdade de gênero às comunidades tradicionais e população dos municípios	Defensoria Pública do Estado do Pará	MDHC	Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	90	Equipagem de órgãos estaduais e municipais de proteção, promoção e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, dentre esses conselhos direitos e órgãos governamentais
		MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	109*	Implementação de um programa de integração profissional para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social
		MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	237	Fortalecimento e/ou implementação de Centros de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, para promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, com equipes volantes
		MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	238	Fortalecimento e/ou implementação de Casas de Acolhimento de pessoas LGBTQIA+ expulsas do núcleo familiar com vínculos familiares rompidos
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1532	Ampliação do alcance da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) por meio da oferta de ações de ouvidoria itinerante em locais que demandam maior atenção, proteção ou informação sobre direitos humanos, tais como áreas remotas, grandes eventos ou situações de emergência
		MDHC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	2266	Atividades formativas com povos e comunidades tradicionais sobre os direitos de crianças e adolescentes em abordagem intercultural e com posterior atuação

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente.

(Continuação)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Apoio à organização e fortalecimento das cadeias produtivas específicas, a partir do uso de tecnologias inovadoras sustentáveis	EMATER; SEDAP	MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
		MAPA	Agropecuária Sustentável	373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Empreendimentos, associações e cooperativas solidárias da agricultura familiar estruturadas para produção, agroindustrialização e comercialização
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1039	Selos Nacionais da Agricultura Familiar (SENAF) concedidos às organizações da agricultura familiar ampliados
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1491	Desenvolvimento de tecnologias sociais no país, em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas locais, regionais e nacionais, preferencialmente, em parceria com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1501	Tecnologias sociais desenvolvidas ou apoiadas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI realizadas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1513	Fomento a incubadoras tecnológicas das cooperativas populares
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
Criação de sistema de monitoramento e alerta de crise climática e ambiental da mesorregião marajoara	CENSIPAM	MD	—	—	—
		MIDR	Gestão de Riscos e Desastres	1740*	Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil
		MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital
		MCTI	Gestão de Riscos e Desastres	273	Previsões de riscos de deslizamentos de terra publicadas no website do Cemaden, com até 72h de antecedência, e compartilhadas com os órgãos de gestão de riscos de desastres (CEMADEN)
		MCTI	Gestão de Riscos e Desastres	275	Monitoramento e previsão de riscos de seca (CEMADEN/MCTI)
		MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	564	Previsões numéricas de tempo, clima sazonal e ambiental operacionais para apoiar a execução e o planejamento de atividades socioeconômicas em cenário de mudança do clima
		MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	585	Sistemas de Informações, em bases científicas, para subsídios à políticas públicas para ações de mitigação e adaptação desenvolvidos, atualizados e disponibilizados
		MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	1028	Indicadores de Risco de Impacto das Mudanças Climáticas em Ambientes Naturais e Distintos Setores Sociais e Econômicos
Instalação de coordenação municipais de proteção e defesa civil no município	DEFESA CIVIL ESTADUAL	MIDR	Gestão de Riscos e de Desastres	1740*	Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil
		MIDR	Enfrentamento da Emergência Climática	1315*	Salas de Situação integradas por meio da pactuação do protocolo de integração
		MDS	—	—	—

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente.

(Continuação)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Apoio à implantação de tecnologias sustentáveis para construção de açudes, poços, cisternas, captação e armazenamento de água da chuva para o município	MALUNGU	MIDR	Gestão de Riscos e de Desastres	1740*	Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil
		MDS*	Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	816	Tecnologias sociais de acesso à água para o consumo e a produção, tais como cisternas de placas de 16 mil litros, cisternas escolares, cisternas calçadão, cisternas de enxurradas, barragens subterrâneas, sistemas pluviais multiuso autônomo, sistemas pluviais multiuso comunitários, entre outras
		MCID	Saneamento básico	1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
		MCID	Saneamento básico	2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)
		MCID	Saneamento básico	2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
		MCID	Saneamento básico	2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)
		MIDR	Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	2039*	Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e outras tecnologias comunitárias para consumo e/ou produção
Fortalecimento da educação com foco na realidade marajoara, incluindo aquisição de embarcações adaptadas à realidade local, acesso à internet de qualidade e capacitação pedagógica	SEDUC	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	912	Tecnologias sociais para a agricultura familiar adquiridas e implementadas
Apoio ao desenvolvimento de ações de prevenção para a redução dos impactos dos eventos climáticos sobre a população	CENSIPAM; SEMAS	MD	—	—	—
		MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados
		MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
		MCTI	Gestão de Riscos e de Desastres	275	Monitoramento e previsão de riscos de seca (CEMADEN/MCTI)
		MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	564	Previsões numéricas de tempo, clima sazonal e ambiental operacionais para apoiar a execução e o planejamento de atividades socioeconômicas em cenário de mudança do clima
		MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	585	Sistemas de Informações, em bases científicas, para subsídios à políticas públicas para ações de mitigação e adaptação desenvolvidos, atualizados e disponibilizados
		MIDR	Enfrentamento da Emergência Climática	1281*	Mapeamento da segurança hídrica na questão dos riscos das mudanças climáticas por meio do desenvolvimento da dimensão mudança climática no índice de segurança hídrica
		MIDR	Enfrentamento da Emergência Climática	1292*	Atualização do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e apoio às ações que visem à gestão de riscos de inundações
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 16.000.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

PRAZO: 24 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Capacitação para transferência de tecnologias inovativas sustentáveis para a agricultura familiar	EMATER; AMAZÔNIA TEC	MDS*	Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	853	Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	912	Tecnologias sociais para a agricultura familiar adquiridas e implementadas
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1491	Desenvolvimento de tecnologias sociais no país, em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas locais, regionais e nacionais, preferencialmente, em parceria com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1600	Pesquisa aplicada, inovação e transferência de tecnologia voltadas ao desenvolvimento tecnológico de equipamentos agrícolas para a Agricultura Familiar e o Extrativismo
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1607	Fomento de projetos de tecnologia social que agreguem valor aos processos e aos produtos da agricultura familiar e de redução de perdas e desperdício de alimentos em toda cadeia produtiva e de consumo (por bioma ou cultura)
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
		MMA	Bioeconomia para um novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
MMA	Bioeconomia para um novo Ciclo de Prosperidade	2156	Famílias da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, jovens, mulheres atendidas com iniciativas de inclusão socioprodutiva sustentáveis de base agroecológica, agrícolas e não agrícolas		
Criação e Implantação da Universidade Federal do Marajó	-	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1138	Ampliação do percentual de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica atendidas com projetos de pesquisa, extensão e inovação
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 800.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

PRAZO: 36 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Aquisição de máquinas e equipamentos para utilização de novas tecnologias produtivas	EMATER; BASA	MDS	—	—	—
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	910	Mecanização e modernização de áreas da reforma agrária, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais, integradas à realidade local
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
Apoio a criação de Unidades Demonstrativas e Comunitárias de Aquicultura em áreas degradadas ou em degradação	UFRA	MEC	—	—	—
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 10.600.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

EIXO: PESCA, PISCICULTURA E AQUICULTURA

PRAZO: 24 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Apoio a projetos de implantação de unidades familiares de beneficiamento da pesca para produção com qualidade para atender as exigências do mercado e da vigilância sanitária	IFPA; SEDAP; UFRA	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1145	Apoio a projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação social e tecnológica, levando-se em conta as especificidades sociais, de gênero e orientação sexual, étnicas, raciais culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioproductiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1013	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude (MPA)
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1043	Certificação e ampliação de canais de comercialização de Produtos da Pesca Artesanal (SNPA)
Apoio à organização e fortalecimento das cadeias produtivas específicas, a partir do uso de tecnologias inovadoras sustentáveis	EMATER; SUDAM; SFA/PA	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
		MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
		MDS	—	—	—
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	423	Instituições parceiras nacionais e internacionais em projetos da Embrapa
		MAPA	Agropecuária Sustentável	2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Eventos de articulação institucional e disseminação de informações para o desenvolvimento da Amazônia, no contexto do Plano de Integração Regional e de Interiorização do Desenvolvimento (PIRD)
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1491	Desenvolvimento de tecnologias sociais no país, em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas locais, regionais e nacionais, preferencialmente, em parceria com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)
MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1501	Tecnologias sociais desenvolvidas ou apoiadas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI realizadas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste		

Fonte: SUDAM, 2024

(Continuação)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA /MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Implantação de fábrica de ração para peixe e camarão com estímulo à produção familiar rural, com a valorização do conhecimento e saberes do produtor da agricultura marajoara, a partir do uso de práticas e tecnologias sustentáveis	EMATER; SFA/PA; SUDAM	MAPA	Agropecuária Sustentável	2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
		MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1111	Disponibilização de informações estatísticas da pesca e aquicultura consolidadas a nível nacional (SERMOP)
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1112	Ampliação do conhecimento científico das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura (MPA)
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
Financiamento a projetos de pesquisa, produção e formação profissional (financiamento para produção dos peixes em tanques e/ou poços com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade)	IFPA; UFPa	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
		MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1138	Ampliação do percentual de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica atendidas com projetos de pesquisa, extensão e inovação
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1478	Chamadas públicas de projetos de pesquisa inter e transdisciplinar focada na solução de problemas socialmente relevantes
		MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	1514	Projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica com agregação de valor a produtos e serviços das cadeias da biodiversidade
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1611	Programas e Projetos desenvolvidos pelas Unidades de Pesquisa do MCTI em parceria com atores de Arranjos Produtivos Locais com foco na Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional
		MCTI	Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	1743	Investimentos em projetos de pesquisa científica e tecnológica com valor médio de R\$ 200.000,00 em colaboração entre ICTs e empresas
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Ampliação do acesso ao crédito para a pesca artesanal e para a aquicultura, considerando aspectos de gênero e juventude (MPA)
Implantação de Sistemas de refrigeração movidos a energia solar, composto de câmara frigorífica modular e máquina de produção de gelo, alimentadas por energia solar	-	MAPA	—	—	—
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1108	Modernização do monitoramento de embarcação de pesca (SERMOP)
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas

Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 35.000.000,00

Fonte: SUDAM, 2024

PRAZO: 36 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Fortalecimento da atividade pesqueira com a implantação de uma unidade de demonstração da produção através da construção de unidades demonstrativas de produção (larvicultura/engorda)	IFPA; UFPA	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1145	Apoio a projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação social e tecnológica, levando-se em conta as especificidades sociais, de gênero e orientação sexual, étnicas, raciais culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioproductiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1084	Qualificação dos profissionais envolvidos na extensão pesqueira artesanal e no atendimento aos pescadores em instituições públicas e privadas (SNPA)
Apoio para implantação de manejo comunitário de pesca, acordos de pesca e consórcios com a aquicultura para recuperação dos mananciais de pesca	UFRA	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1145	Apoio a projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação social e tecnológica, levando-se em conta as especificidades sociais, de gênero e orientação sexual, étnicas, raciais culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1011	Acesso dos pescadores e pescadoras artesanais a equipamentos, infraestruturas pesqueiras e inovações tecnológicas (SNPA)
Capacitação para organização e uso e manejo sustentável e consciente dos mananciais de pesca com respeito ao defeso	IFPA;UFPA;UFRA	MEC	—	—	—
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1112	Ampliação do conhecimento científico das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura (MPA)
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1081	Assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal (SNPA)
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1084	Qualificação dos profissionais envolvidos na extensão pesqueira artesanal e no atendimento aos pescadores em instituições públicas e privadas (SNPA)
		MPA	Pesca e Aquicultura Sustentáveis	1088	Promoção da educação contextualizada para pescadores e pescadoras artesanais (SNPA)
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	915	Mulheres atendidas por assistência técnica e extensão rural específica
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 2.200.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: FRUTICULTURA E PRODUTOS FLORESTAIS MADEIREIROS E NÃO MADEIREIROS E AGRICULTURA FAMILIAR

PRAZO: EM 12 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Diagnóstico dos arranjos produtivos locais e potencial produtivo dos municípios (identificação de espécies nativas ou não que tenham potencial produtivo e de geração de renda)	SFA/PA; SUDAM	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
		MAPA	Agropecuária Sustentável	2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	903	Ações e projetos de inclusão e qualificação produtiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nos arranjos produtivos de plantas medicinais aromáticas, condimentares e fitoterápicos
		MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	898	Promoção de projetos e estudos em apoio à melhoria de processos da bioeconomia florestal (MCTI)
		MCTI	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	1514	Projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica com agregação de valor a produtos e serviços das cadeias da biodiversidade
		MTE	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1784	Implementação de redes, cadeias e arranjos produtivos de Economia Popular e Solidária
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	669*	Apoio às organizações socioprodutivas de povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
Capacitação em modelos de negócios, baseados na organização associativa e cooperativa, com utilização de práticas sustentáveis para a agricultura familiar.	CEPLAC; EMATER	MAPA	Agropecuária Sustentável	2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	720	Agricultores e agricultoras familiares atendidos por assistência técnica e extensão rural
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Empreendimentos, associações e cooperativas solidárias da agricultura familiar estruturadas para produção, agroindustrialização e comercialização
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1080	Capacitação de empresas em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) - Brasil + Sustentável
Promover a verticalização da produção e aumentar a eficiência e o controle sobre a cadeia produtiva como melhoria à qualidade de vida.	EMATER; SFA/PA	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	669*	Apoio às organizações socioprodutivas de povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 3.800.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correpondente

PRAZO: 24 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Apoio às cadeias produtivas identificadas e implantação de rastreabilidade de origem da produção	SFA/AP	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	428	Tecnologias emergentes e em áreas portadoras de futuro desenvolvidas, incluindo biologia avançada, bioinsumos, nanotecnologias, agricultura digital, agricultura de precisão, modelagem de sistemas
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1039	Selos Nacionais da Agricultura Familiar (SENAF) concedidos às organizações da agricultura familiar ampliados
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	669*	Apoio às organizações socioprodutivas de povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
Implantação de unidades familiares para o beneficiamento da fruticultura	SFA/PA; SUDAM	MAPA	Agropecuária Sustentável	2026	Campanhas de promoção dos produtos orgânicos realizadas, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
		MAPA	Agropecuária Sustentável	2027	Construção coletiva e socialização do conhecimento em produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	907	Agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza e pobreza beneficiados por instrumentos de inclusão produtiva
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	915	Mulheres atendidas por assistência técnica e extensão rural específica
Resgate de espécies frutíferas nativas do Marajó e implantação de unidades familiares para o beneficiamento das frutas	EMBRAPA; EMATER; SEDAP	MAPA	Agropecuária Sustentável	2025	Produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada por meio da fiscalização e aplicação de mecanismos de controle, para a garantia da qualidade orgânica
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	423	Instituições parceiras nacionais e internacionais em projetos da Embrapa
		MAPA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	1514	Projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica com agregação de valor a produtos e serviços das cadeias da biodiversidade

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

(Continuação)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Aquisição de máquinas e equipamentos para fortalecer as ações da Secretária Municipal de Agricultura (tratores com implementos agrícolas, voadeiras e barcos para escoamento da produção, computadores, GPS)	EMATER; SEDAP	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos e insumos para o desenvolvimento produtivo
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	2869	Embrapa Agrossilvipastoril - Modernização das Instalações e Equipamentos para Pesquisa Agropecuária
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	2872	Embrapa Amazônia Oriental - Modernização das Instalações e Equipamentos para Pesquisa Agropecuária
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
Implantação de viveiros para produção de mudas selecionadas de espécies frutíferas nativas	EMBRAPA; CEPLAC; EMATER	MAPA	Agropecuária Sustentável	2028	Oferta e acesso a tecnologias, processos e produtos, apropriados à produção orgânica, considerando a transição agroecológica
		MAPA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	1514	Projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica com agregação de valor a produtos e serviços das cadeias da biodiversidade
		MAPA	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1611	Programas e Projetos desenvolvidos pelas Unidades de Pesquisa do MCTI em parceria com atores de Arranjos Produtivos Locais com foco na Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	907	Agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza e pobreza beneficiados por instrumentos de inclusão produtiva
Apoio e fomento a implantação de agroindústrias para verticalização da fruticultura no Marajó	SFA/PA; SUDAM	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional
		MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
		MAPA	Agropecuária Sustentável	373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de infraestrutura produtiva
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Empreendimentos, associações e cooperativas solidárias da agricultura familiar estruturadas para produção, agroindustrialização e comercialização
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1132	Famílias atendidas com ações e empreendimentos de beneficiamento, agroindustrialização e comercialização da produção primária - Terra Sol

Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 17.000.000,00

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: PECUÁRIA LEITEIRA, CADEIA DO QUEIJO, BUBALINOCULTURA NO MARAJÓ E BAILIQUE E CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

PRAZO: EM 12 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Transferências de tecnologias para a produção sustentável de bubalinos (capacitações, transferência de conhecimentos, experiências e metodologias) a fim de aumentar, de forma sustentável a produtividade e melhorar a competitividade dos sistemas de produção.	SFA/PA	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
		MAPA	Agropecuária Sustentável	371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintivos de agregação de valor
		MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	720	Agricultores e agricultoras familiares atendidos por assistência técnica e extensão rural
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
Capacitação em manejo, processamento e acesso a linhas de crédito para produtores de pequenos animais (porco, frango, patos) - Qualifica Marajó	EMATER; UFRA; UFPA; BASA; SFA/PA	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	326*	Promover a formação de agentes de ATER, proporcionando atualização de conhecimentos e aprimoramento das diferentes abordagens, métodos e metodologias, para qualificar os serviços ofertados em conformidade com os princípios e diretrizes da Prater
		MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1145	Apoio a projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação social e tecnológica, levando-se em conta as especificidades sociais, de gênero e orientação sexual, étnicas, raciais culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade
		MAPA	Defesa Agropecuária	481	Operações de Educação Sanitária ampliadas
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
		MMA	Bioeconomia para um novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento	156	Capacitação de produtores
Instalação de sistemas alternativos de armazenamento e abastecimento de água potável para as comunidades rurais no período de estiagem (cisternas)	-	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	912	Tecnologias sociais para a agricultura familiar adquiridas e implementadas
		MIDR	Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1725*	Implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades tradicionais da Amazônia
		MDS	Agricultura Familiar e Agroecologia	816*	Tecnologias sociais de acesso à água para o consumo e a produção, tais como cisternas de placas de 16 mil litros, cisternas escolares, cisternas calçadas, cisternas de enxurradas, barragens subterrâneas, sistemas pluviais multiuso autônomo, sistemas pluviais multiuso comunitários, entre outras

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

(Continuação)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Apoio a criação de pequenos animais e estímulo a avicultura (porcos, frangos e patos) como fortalecimento da produção familiar no Marajó.	UFRA	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1145	Apoio a projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação social e tecnológica, levando-se em conta as especificidades sociais, de gênero e orientação sexual, étnicas, raciais culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
		MAPA	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1611	Programas e Projetos desenvolvidos pelas Unidades de Pesquisa do MCTI em parceria com atores de Arranjos Produtivos Locais com foco na Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
Capacitação de famílias rurais para suinocultura e avicultura sustentáveis	EMATER; UFRA; UFPA; BASA; SFA/PA	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	1145	Apoio a projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação social e tecnológica, levando-se em conta as especificidades sociais, de gênero e orientação sexual, étnicas, raciais culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade
		MAPA	Defesa Agropecuária	481	Operações de Educação Sanitária ampliadas
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade.
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1066	Povos e comunidades tradicionais e povos indígenas beneficiados no âmbito do Programa de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade dos Biomas
		MMA	Bioeconomia para um novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
Treinamentos em boas práticas de produção e de processo de certificação de alimentos	EMATER; SFA/PA	MAPA	Agropecuária Sustentável	2025	Produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada por meio da fiscalização e aplicação de mecanismos de controle, para a garantia da qualidade orgânica
		MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	355	Ampliação do número de reconhecimento e certificações de saberes e experiências profissionais aos trabalhadores
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
		MMA	Bioeconomia para um novo Ciclo de Prosperidade	669*	Apoio às organizações socioprodutivas de povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

PRAZO: EM 36 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Instalação de sistemas de armazenamento de águas pluviais para suprir a carência de água potável principalmente na época de verão quando os rios e igarapés secam (cisternas)		MDS	Agricultura Familiar e Agroecologia	816*	Tecnologias sociais de acesso à água para o consumo e a produção, tais como cisternas de placas de 16 mil litros, cisternas escolares, cisternas calçadão, cisternas de enxurradas, barragens subterrâneas, sistemas pluviais multiuso autônomo, sistemas pluviais multiuso comunitários, entre outras
		MIDR	Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1725*	Implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades tradicionais da Amazônia
		MCID	Saneamento básico	2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)
		MCID	Gestão de Riscos e de Desastres	2824	Processo de Seleção para contratação de ações de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Condição de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

EIXO: CULTURA E TURISMO

PRAZO: EM 12 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Articulação institucional para criação do Fundo de Investimento para Cultura e Turismo no Marajó	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	781	Disponibilização de crédito do Fungetur pelos agentes financeiros a empreendedores do turismo
		MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1542	Eventos de articulação institucional e disseminação de informações para o desenvolvimento da Amazônia, no contexto do Plano de Integração Regional e de Interiorização do Desenvolvimento (PIRD)
Elaboração do Plano de Ecoturismo de Base Comunitária dos municípios	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2165	Comunidades atendidas com iniciativas de turismo de base comunitária
		MinC	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
Criação de Roteiros Integrados para desenvolver o ecoturismo de base comunitária	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2165	Comunidades atendidas com iniciativas de turismo de base comunitária
		MinC	Direito à Cultura	1867	Fomento às expressões das culturas populares e de povos e comunidades tradicionais
Elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento do Turismo de base comunitária (TBC) dos municípios dos campos e floresta do Marajó	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	673	Gestão ambiental e territorial de povos e comunidades tradicionais estabelecidas.
Diagnóstico das organizações locais que trabalham com turismo e existência de iniciativas locais de turismo de base comunitária	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2165	Comunidades atendidas com iniciativas de turismo de base comunitária
Criação de Conselhos de turismo de base comunitária, em cada município da região do Marajó	-	MTUR	—	—	—
Criação de programas de capacitação em turismo de base comunitária para a região do Marajó	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade
		MTUR	Turismo, esse é o destino	790	Qualificação de pessoas para o setor de turismo
Estabelecimento de parcerias entre setor público e privado para o desenvolvimento das atividades de turismo de base comunitária	-	MTUR	—	—	Medida Institucional Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	2165	Comunidades atendidas com iniciativas de turismo de base comunitária

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

(Continuação)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Criação e implantação de incubadora/cooperativas de turismo de base comunitária associada às atividades produtivas locais de cada município	-	MTUR	—	—	—
		MTUR	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
Criação de linhas de apoio financeiro/repasso de recursos públicos para iniciativas de turismo de base comunitária(TBC) na região do Marajó	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	781	Disponibilização de crédito do Fungetur pelos agentes financeiros a empreendedores do turismo
Identificação e implantação de trilhas de médio e longo curso com possibilidade de conexão com e entre as regiões de campos e florestas no Marajó	-	MTUR	—	—	Medida Institucional Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos
Apoio à criação e implementação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação do desenvolvimento do Plano Marajó	-	MTUR	—	—	—
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
Criação da rede de turismo de base comunitária da mesorregião marajoara, em ambiente digital (plataforma de rede), colaborativa e de compartilhamento de aprendizados e experiências	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade
		MTUR	Turismo, esse é o destino	803	Certificação de destinos turísticos brasileiros como destinos turísticos inteligentes em transformação, com base na metodologia DTI Brasil
Consultorias e assessorias com profissionais para elaboração dos projetos de turismo e cultura (capacitação)	-	MTUR	—	—	Medida Institucional Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos
		MinC	Direito à Cultura	2804	Formação, qualificação e capacitação de profissionais e coletivos artísticos
Construção de 12 praças públicas de cultura e lazer	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	785	Realização de obras e serviços de engenharia para desenvolver o turismo no Brasil
		MinC	Direito à Cultura	2061	Retomada e conclusão de obras de Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs
		MinC	Direito à Cultura	2739	Retomada, conclusão e novas obras do Patrimônio Histórico (PAC)
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 30.700.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

PRAZO: 24 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA/MIN	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Centro de referência de cultura e segurança alimentar do Marajó (Projetar um sistema próprio de valorização e fortalecimento cultural ao mesmo tempo em que se desenvolvem os programas de segurança alimentar)	-	MTUR	---	---	---
		MDS	Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	853*	Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1611	Programas e Projetos desenvolvidos pelas Unidades de Pesquisa do MCTI em parceria com atores de Arranjos Produtivos Locais com foco na Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional
Implantação de museu e espaço de memórias por municípios interligados ao museu do Marajó e criação e implantação do Centro nacional da cultura marajoara	-	MTUR	Turismo, esse é o destino	785	Realização de obras e serviços de engenharia para desenvolver o turismo no Brasil
		MinC	Direito à Cultura	2803	Fomento/apoio a atividades, iniciativas, projetos e ações culturais
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 1.000.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

EIXO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E FOMENTO À PRODUÇÃO

PRAZO: EM 12 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Concessão de títulos de posse e propriedade às famílias da zona rural com possibilidade de financiamento para manejo sustentável	SPU; INCRA; ITERPA	MGI	—	—	—
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1163	Títulos definitivos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária (Títulos de Domínio - TD e Concessão de Direito Real de Uso - CDRU)
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1100	Imóveis rurais obtidos para a Reforma Agrária
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1467	Famílias com acesso à terra por meio do Crédito Fundiário
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1485	Títulos de regularização fundiária emitidos em terras públicas
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1512	Famílias beneficiadas com documentos de regularização fundiária emitidos em áreas sob domínio dos estados
Capacitação em manejo, processamento e acesso a linhas de crédito para produtores de pequenos animais	EMATER; BASA; SUDAM	MIDR	—	—	—
		MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
		MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
		MTE	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1782	Assessoria técnica e formação para facilitação de acesso ao crédito dos empreendimentos de finanças populares e solidárias
		MAPA	Agropecuária Sustentável	47	Aumento do volume de crédito rural contratado
		MAPA	Agropecuária Sustentável	48	Aumento da quantidade de contratos de crédito rural

Fonte: SUDAM, 2024

(Continuação)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Intensificar a titularização nos assentamentos federais e estaduais junto aos sindicatos e INCRA para atualização dos novos montadores de assentamentos.	ITERPA; INCRA	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1110	Famílias assentadas em novos Projetos de Assentamento
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1105	Famílias assentadas em novos Projetos de Assentamento
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1125	Famílias em Projetos de Assentamento atendidas com implantação e recuperação de infraestrutura básica (estradas, água, energia, conectividade e armazenamento da produção)
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 5.300.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

PRAZO: 24 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Criação de força tarefa até o final de 2024 para conclusão dos processos em andamento de regularização de comunidades quilombolas, ribeirinhas e sedes dos municípios e demais comunidades da zona rural.	SPU; INCRA	MGI	—	—	—
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1168	Territórios quilombolas identificados e delimitados
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1171	Territórios quilombolas reconhecidos para regularização fundiária
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1179	Áreas tituladas para comunidades quilombolas
Intensificar a titularização nos assentamentos federais e estaduais (emissão de Títulos CCU's para todos os Assentamentos Agroextrativistas Federais (INCRA) e de Títulos Coletivos para as Glebas Estaduais (ITERPA).	ITERPA; SPU; INCRA	MGI	—	—	—
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1163	Títulos definitivos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária (Títulos de Domínio - TD e Concessão de Direito Real de Uso - CDRU)
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1503	Títulos definitivos emitidos por meio de convênios com Estados
Implantar e ampliar a representação institucional nos municípios do Marajó dos órgãos de regularização fundiária, para apoio aos produtores familiares, pescadores e ribeirinhos, para implementar a regularização fundiária no Marajó.	ITERPA; SPU; INCRA	MGI	—	—	—
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1485	Títulos de regularização fundiária emitidos em terras públicas
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 200.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

PRAZO: 36 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Estímulo à abertura de créditos e financiamentos adequados à realidade marajoara	BASA; SUDAM	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	280	Financiamento em investimento fixo pelos Fundos Constitucionais de Financiamento
		MF	—	—	—
		MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1551	Estruturação dos núcleos rurais do Crédito Fundiário e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural
Expansão das agências e instituições financeiras de fomento	BASA	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	280	Financiamento em investimento fixo pelos Fundos Constitucionais de Financiamento
		MF	—	—	—
Valor necessário/estimado para a execução das demandas: não estimado					

Fonte: SUDAM, 2024

EIXO: INFRAESTRUTURA (Infraestrutura, energia e telecomunicações)**PRAZO: EM 12 MESES**

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Implantar conectividade internet/telefonia via satélite nas comunidades isoladas para acesso a programas educacionais, saúde e produção - Projeto Conexão Povos da Floresta	-	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2167	Infovia 03 do Programa Norte Conectado - (Municípios a serem atendido: (Todos no Estado do Pará) Belém, Afuá, Breves, Ponta de Pedras)
Implantar kits de energia fotovoltaica para comunidades isoladas/distantes e povos tradicionais - Projeto Conexão Povos da Floresta	-	MCOM	Comunicação para Inclusão e Transformação	2187	Atender a 5.570 sedes municipais brasileiras com 5G
		MME	Energia Elétrica	43	Novas unidades consumidoras com acesso à energia elétrica atendidas pelo Programa Luz Para Todos
Implantação e reestruturação de estradas vicinais (revestimento primário; agulhamento e mistura areia e argila)	-	MDA	—	—	—
Aquisição de veículos utilitários para transporte e escoamento da produção (barcos, camionetes)	-	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
Expansão do Luz para Todos e implantação de energia solar para comunidades com difícil acesso às áreas rurais e urbanas;	-	MME	Energia Elétrica	43	Novas unidades consumidoras com acesso à energia elétrica atendidas pelo Programa Luz Para Todos
Modernizar e ampliar a fiscalização e regulação dos transportes de passageiros e cargas	-	MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 14.000.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

PRAZO: 24 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Apoiar projetos para implantação de serviços de comunicação tecnológica via satélite nas embarcações de passageiros, para redução do risco aos passageiros	-	MD	—	—	—
Construção de Terminais Hidroviários nas principais vilas dos municípios	-	MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
Conclusão do linhão do Marajó	-	MME	Energia Elétrica*	40	Expansão do sistema de transmissão de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro (km)
Implantação de sistemas de geração de energia solar para produção de gelo	-	MME	—	—	—
Construção de terminais portuários e de carga, nos moldes de Terminais Múltiplo Uso, com retroaérea para apoio à produção do Marajó (acaí, pescado, gado, madeira e outros)	-	MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 18.810.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

PRAZO: 36 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Respeito aos direitos humanos e à diversidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais, com igualdade de gênero para acesso à água potável (implantação de recursos físicos de captação, contenção e tratamento de resíduos líquidos residenciais para diminuição da poluição ambiental e contaminação das fontes de água.		MIDR	Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1725*	Implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades tradicionais da Amazônia
		MMA	Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1413	Campanhas de conscientização e mobilização social realizadas, por meio de eventos e capacitações, para endosso às ações de revitalização de bacias hidrográficas
		MCID	Saneamento Básico	2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)
		MCID	Saneamento Básico	2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
		MCID	Saneamento Básico	1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
		MCID	Saneamento Básico	2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)
		MCID	Saneamento Básico	2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
		MCID	Saneamento Básico	2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
Ampliação e Interligação de comunidades tradicionais, vilas e distritos ao linhão do Marajó (garantir o acesso à energia elétrica para todos)		MME	Energia Elétrica	40*	Expansão do sistema de transmissão de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro (km)
		MME	Energia Elétrica	44	Expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro (MW)
Valor necessário/estimado para a execução das demandas: não estimado					

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correpondente

EIXO: GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PRAZO: EM 12 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Fortalecimento e estruturação da capacidade governativa municipal	SUDAM	MDHC	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	240	Equipagem e custeio de Conselhos Municipais e Estaduais
		MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
Capacitação continuada em participação e controle social		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos
		MDHC	Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	256	Capacitação de lideranças comunitárias, professores e sociedade em geral em direitos humanos da pessoa idosa
		MDHC	Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	930*	Capacitação de agentes públicos(as) e conselheiros(as) de direitos formadas na temática dos direitos das pessoas com deficiência
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1515*	Capacitação de representantes da sociedade civil organizada, de membros de colegiados de participação social e de agentes públicos para a promoção e defesa de direitos humanos
Fortalecimento das ações do Programa Cidadania Marajó, de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	DEFENSORIA PÚBLICA/PA	MDHC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	649	Equipagem dos órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes
		MDHC	Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	684	Equipagem de Centros Integrados de escuta protegida de crianças e adolescentes
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1521	Ações itinerantes para acesso à documentação básica voltadas a públicos vulnerabilizados de todas as faixas etárias e origens

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

(Continuação)

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Realização de ações e campanhas preventivas de combate ao abuso e exploração sexual infantil, de forma permanente, contínua, e integrada entre os diversos órgãos do poder público federal, estadual e municipal e representativos da sociedade	DEFENSORIA PÚBLICA/PA	MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1521	Ações itinerantes para acesso à documentação básica voltadas a públicos vulnerabilizados de todas as faixas etárias e origens
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1532	Ampliação do alcance da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) por meio da oferta de ações de ouvidoria itinerante em locais que demandam maior atenção, proteção ou informação sobre direitos humanos, tais como áreas remotas, grandes eventos ou situações de emergência
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	Medida Institucional	Definir estratégias para implementação de comitês de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCAs) dos estados e do Distrito Federal
Construção de Casas de Acolhimento e tratamento de vítimas de violência doméstica e abuso sexual no Marajó, com equipe multidisciplinar em Breves	DEFENSORIA PÚBLICA/PA	MIDR	—	—	—
		MDS	Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	561*	Novos municípios com cobertura de CREAS para oferta dos serviços de Proteção Social Especial
		MDS	Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	627*	Novos municípios com oferta do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes
Gestão articulada nos três níveis de poder para propor medidas e legislação adequada ao Marajó para exigência de pagamentos de danos ambientais e reverter para as populações impactadas	SUDAM	MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	669	Apoio às organizações socioprodutivas de povos e comunidades tradicionais para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
		MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	608	Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA implementado
		MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1044	Recuperação ambiental de áreas verdes urbanas e periurbanas nos municípios brasileiros
Valor necessário/estimado para a execução das demandas R\$ 600.000,00					

Fonte: SUDAM, 2024

* Entrega a ser pactuada com o ministério correspondente

PRAZO: 36 MESES

DEMANDAS SOCIAIS	PARCEIROS POTENCIAIS				
	INSTITUIÇÕES REGIONAIS	MINISTÉRIOS	PROGRAMA	CÓDIGO ENTREGA	PPA FEDERAL 2024-2027 (ENTREGAS)
Fortalecimento da governança em rede e aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos para garantir as transferências de recursos para os municípios	SUDAM	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
		MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
Criação de comitês gestores vinculados ao CONDEL/SUDAM	SUDAM	MIDR	—	—	—

Valor necessário/estimado para a execução das demandas: não estimado

Fonte: SUDAM, 2024

ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO			TRATAMENTO DO RISCO
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerent	Resposta ao Risco
Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó (PA) e Bailique (AP)	Dados desatualizados para determinadas temáticas - Municípios	Uso de dados desatualizados	Panorama pode divergir da realidade	7	5	35 RM	Mitigar
	Baixa interlocução com os atores locais	Pouca participação dos atores locais na elaboração do Plano	Desconhecimento do Plano pelos atores locais	2	7	14 RM	Mitigar
	Baixa Interlocução com entes federais e estaduais	Documento sem respaldo do Governo federal e estaduais	Dificuldade de apoio para a execução das ações	2	10	20 RM	Eliminar
	Alteração de Técnicos indicados para a elaboração do Plano (doenças, remoção, etc.)	Interrupção ou demora na elaboração do Plano/ sobrecarga dos trabalhos	Sobrecarga dos trabalhos	5	8	40 RA	Mitigar/Transferir
	Gestores federal, estaduais e municipais não internalizarem as propostas do Plano	Não utilizar o Plano como referência nas ações propostas para o território	Ineficácia das ações previstas no Plano	4	8	32 RM	Eliminar
	Baixa interlocução com os ministérios setoriais e governos estaduais	Desconhecimento do Plano	Implantação de políticas públicas descoladas das propostas do Plano	3	8	24 RM	Eliminar
	Contingenciamento de recursos para implantação das ações do Plano	Dificuldade para a implementação das ações previstas	Baixa efetividade do Plano	5	10	50 RE	Mitigar
	Os responsáveis pela governança do Plano não atuarem satisfatoriamente	Ineficácia do Plano	Baixa efetividade do Plano	2	10	20 RM	Eliminar
	Período eleitoral	Alteração no quadro de gestores da União, estados e municípios dissonantes do Plano	Perda de relevância do Plano como instrumento orientador das políticas para os territórios	2	10	20 RM	Eliminar
	Dificuldades para obtenção de informações acerca dos projetos e ações executadas	Dificuldade de monitoramento e avaliação do Plano	Relatórios apresentam informações parciais da execução/Reduzido controle da sociedade	5	7	35 RM	Mitigar

Fonte: SUDAM, 2024

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Tv. Antônio Baena, 1113 - Marco
CEP: 66093-082 - Belém - Pará
ouvidoria@sudam.gov.br
(91) 4008-5689 / 0800 610 021
www.gov.br/sudam



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

